

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO *LATO-SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**A GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA E A
PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Patrícia da Silva Dias

**Agudo, RS, Brasil
2012**

A GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA E A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR

Patrícia da Silva Dias

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização Lato-Sensu em Gestão Educacional,
da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS),
como requisito parcial para obtenção do título de
Especialista em Gestão Educacional.

Orientadora: Prof. Sueli Menezes Pereira

**Agudo, RS, Brasil
2012**

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização Lato-Sensu em Gestão Educacional**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Especialização

**A GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA E A PARTICIPAÇÃO DA
COMUNIDADE ESCOLAR**

elaborada por
Patrícia da Silva Dias

como requisito parcial para obtenção do título de
Especialista em Gestão Educacional

Comissão Examinadora:

Sueli Menezes Pereira, Dr. (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Maiane Liana Hatschbach Ourique, Dr. (UNIPAMPA)

João Luis Pereira Ourique, Dr. (UFPEL)

Agudo, 01 de dezembro de 2012.

AGRADECIMENTO

Primeiramente agradeço a Deus, pela fé, saúde e pelas oportunidades e escolhas que fiz.

Agradeço a meu pai e a minha mãe, as duas pessoas mais importantes da minha vida, exemplos de dignidade, respeito e amor. A eles, devo tudo o que tenho e tudo o que sou.

A Emerson, meu companheiro inseparável, pela força e compreensão dispensada a mim durante este período de intenso estudo.

Aos meus colegas, amigos e alunos da Escola Estadual de Ensino Médio Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco pelo apoio neste trabalho.

A minha colega e amiga Ana Lúcia dos Santos, educadora nata e exemplar, com a qual aprendi que a sonhos de uma escola ideal podem se tornar realidade através do trabalho e da dedicação.

À orientadora, Sueli Menezes Pereira pelo carinho, dedicação, competência e paciência na orientação deste trabalho.

A toda equipe de Professores e Tutores de que é composta a EAD da UFSM, Polo de Agudo (RS), pela disponibilidade em ofertar uma Especialização de qualidade, estando sempre à disposição para esclarecimentos de dúvidas ou dificuldades.

“ Aprender é a única coisa de que a mente nunca se cansa, nunca tem medo , nunca se arrepende.”

(Leonardo Da Vinci)

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização Lato-Sensu em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

A GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA E A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR.

Autora: Patrícia da Silva Dias

Orientadora: Sueli Menezes Pereira

Data e Local da Defesa: Agudo/RS, de novembro de 2012.

A presente pesquisa objetivou analisar a importância da participação da comunidade escolar na organização, planejamento e execução das atividades escolares como forma de participação responsável no processo educacional. A problemática que envolveu o presente trabalho relaciona-se ao fato de descobrir como a comunidade escolar exerce sua função de direito dentro da escola pesquisada e se ocorre realmente à gestão democrática prevista na legislação. Como procedimento metodológico foi aplicado um questionário com perguntas abertas onde familiares dos alunos e professores lotados na escola informaram as ações promovidas pela escola no intuito de favorecer a participação dos pais na Gestão Democrática Escolar. As reflexões analisadas apontam para uma realidade que demonstra o estímulo por parte dos gestores à participação dos pais na vida escolar de seus filhos e que estes ao poderem dialogar com os professores e equipe diretiva se sentem acolhidos e valorizados dentro do ambiente escolar. Tais estímulos se dão pelo entendimento e valorização dos anseios deste segmento da comunidade escolar. Como conclusão verificou-se que os pais recebem atenção especial e são instigados a fazerem parte da gestão escolar unindo assim a comunidade externa e interna escolar na busca de diálogo e interação de forma harmoniosa, criando-se neste sentido um clima de bem estar e valorização de todos os segmentos escolares.

Palavras-chave: Gestão Democrática. Participação. Pais. Comunidade Escolar.

ABSTRACT

Specialization Monograph
Post Graduate Course in the Distance
Lato-sensu Specialization in the Management School
Santa Maria Federal University

THE DEMOCRATIC MANAGEMENT SCHOOL AND THE PARTICIPATION OF THE SCHOOL COMMUNITY

Author: Patrícia da Silva Dias

Adviser: Sueli Menezes Pereira

Date and local of the defense: Agudo/RS, November, 2012.

The present research aimed to analyze the importance of the school community participation in the organization, planning and execution school activities as a form of responsible participation in the educational process. The question that involved the present work relates to the fact to detect how the school community exerts its function of law in the researched school and if the management school really occurs as it is provided for in the legislation. As a methodological procedure, a questionnaire was applied with open questions where students' relatives and teachers from the school informed the actions promoted by the school in order to promote the participation of the parents in the democratic school management. The analyzed reflections point to a reality that shows the stimulation by managers to the participation of the parents in the school life of their sons and they, being able to dialogue with the teachers and to the management team, feel welcomed and valued in the school environment. Those stimulations occur by the understanding and appreciation of this segment of the school community wishes. As a conclusion, we could observe that parents receive special attention and they are motivated to take part of the school management, joining external and internal school community in the search of dialogue and interaction, harmoniously, creating, in this sense, a welfare environment and the appreciation of all school segments.

Key-words: democratic school management. Participation .Parents .School community.

LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE 1 – Termo de consentimento informado	79
APÊNDICE 2 – Termo consentimento informado de professores	81
APÊNDICE 3 – Questionários para professores	82
APÊNDICE 4– Termo de consentimento informado dos pais	83
APÊNDICE 5 – Questionários para pais	84

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS	10
Objetivos.....	13
Objetivo geral.....	13
Objetivos específicos.....	14
CAPÍTULO 1 – Contexto Histórico da Educação Brasileira	16
1.1 Educação e o contexto histórico brasileiro	17
1.2 Educação e o Período Militar da Década de 1960	27
1.3 A abertura política e a Constituição Federal de 1988	31
CAPÍTULO 2 – Mecanismos de Gestão Democrática do Ensino ...	38
2.1 A efetiva prática participativa na gestão democrática escolar	38
2.2 Mecanismos de participação para a democratização da gestão escolar	41
2.3 Conselho Escolar	44
2.4 Associação de Pais e Mestres (APM)	46
2.5 Grêmios estudantis	48
2.6 Projeto Político Pedagógico	51
CAPÍTULO 3 – Análise de Dados: Identificando a realidade	56
3.1 Realidade da Escola estudada.....	56
3.2 Participação dos pais na Gestão Escolar.....	60
CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
REFERÊNCIAS	74
APÊNDICES	79

CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS

Educar é construir, é libertar o homem do determinismo, passando a reconhecer o papel da história e da identidade cultural. Frente ao mundo globalizado é preciso uma educação libertadora e acima de tudo conscientizadora, pois, ao passo que se conhece a realidade, busca-se transformá-la. É nesse sentido que a escola deve ser vista como o berço da participação democrática e ponto de partida para mudanças profundas em nossa sociedade.

A escola, como instituição de educação formal, tem a sua função social voltada para a construção da cidadania. Para tanto deve orientar sua organização administrativo-pedagógica em uma ação democrática pautada no diálogo e na participação da comunidade ali inserida. As relações democráticas na escola têm como objetivo a integração e a participação de todos os seus integrantes: professores, alunos, funcionários, bem como a comunidade externa: pais e membros da sociedade de modo a ocupar os espaços de autonomia legalmente instituídos e tomar as decisões que aquela realidade requer. O entendimento do conceito de gestão já pressupõe, em si, a ideia de participação, isto é, do trabalho associado de pessoas analisando situações, decidindo sobre seu encaminhamento e agindo sobre elas em conjunto. Isso porque o êxito de uma organização depende da ação construtiva conjunta de seus componentes, pelo trabalho associado, mediante reciprocidade que cria um “todo” orientado por uma vontade coletiva (LUCK,1998, p. 37).

Sabe-se que a participação dos indivíduos inseridos no processo educacional é o que realmente assegura a realização de uma gestão voltada à prática democrática, pois, desta forma, há a possibilidade de envolvimento de todos na elaboração e na tomada de decisões sobre o funcionamento da escola e a execução de projetos. Porém, sabe-se que as famílias integrantes da escola, pouca participação exercem no que diz respeito a tomada de decisões na área pedagógica e, portanto, se omitem a entender ou influir no tipo de educação que ali é oferecida. A participação dos pais nos processos escolares tem sido observada por muitos estudiosos como um dos indicadores mais significativos na determinação da qualidade de ensino. Neste sentido é preciso debater a importância do

acompanhamento familiar na educação dos filhos, pois quando isso realmente acontece é visível a melhora de aproveitamento na aprendizagem e autoestima dos educandos.

Como educadora, sinto que por algum motivo, o qual necessita ser investigado, os pais se afastam da escola. Muitos só veem à escola para reuniões de entrega de pareceres ou notas, pois acreditam que este seja seu único compromisso e que o restante do papel de orientação deve-se somente aos professores. E quando ocorre esta falta de comunicação entre pais e escola, certamente boas ideias acabam se perdendo por não haver diálogo entre a comunidade interna e externa escolar. Por outro lado deve-se levar em conta a abertura da escola para esta participação, ou seja, saber se a escola, através de seus membros integrantes permite a participação dos pais no cotidiano escolar, através de uma escuta sensível, assim como, saber se os pais têm abertura para chegarem aos gestores escolares para opinar e expressar seus anseios, seja através do Conselho Escolar, do CPM ou até mesmo diretamente.

A meu ver a escola deve ser o centro de uma comunidade, pois é a partir das ações nela desenvolvidas que emanam as mudanças de hábitos, de atitudes, de integração entre os membros da comunidade escolar, oportunizando ações de melhoria da qualidade de vida e da elevação da autoestima de seus membros.

Assim, é pertinente salientar que para a comunidade interna e externa sentir-se realmente parte da escola e vice versa, devem, coletivamente, ser planejados planos e projetos que articulem ações de modo a integrar a comunidade no contexto escolar.

Mas como fazer? Em qual momento? Qual o caminho a seguir? Como organizar? Como chegar ao ponto de equilíbrio? Como ter sucesso?

Sendo assim, a problemática que envolve este estudo resume-se a responder a seguinte pergunta: como se viabiliza de maneira organizada e produtiva a participação da comunidade na gestão escolar?

Este trabalho monográfico que tem como tema “a gestão escolar democrática e a participação da comunidade escolar”, justifica-se por analisar a importância da participação da comunidade escolar na organização, planejamento e execução das atividades escolares como forma de participação responsável no processo educacional. Busca também elucidar a importância da comunidade interna proporcionar e promover a dialogicidade com a comunidade escolar como um todo.

Isso é saber ouvir os anseios e dúvidas de seus membros e o mais importante de tudo, saber respeitar, interpretar e compreender de forma sensível estes anseios para, de forma democrática, atender as aspirações da comunidade.

Os motivos pelos quais me levaram a pesquisar sobre este tema estão relacionados primeiramente a relevância do mesmo para a gestão democrática escolar acontecer de forma real dentro da escola e, em segundo lugar é porque acredito que, quando a comunidade escolar participa de forma efetiva e é ouvida pela equipe gestora (diretora, vices, orientadores, supervisores e professores), ou seja, todos os agentes do processo escolar, aqueles que estão envolvidos diretamente no processo de aprendizagem e formação cidadã, a chance de sucesso escolar em todos os âmbitos se torna mais real e visível. Essa vontade aconteceu porque depois de dez anos de atuação no magistério, ao mudar de cidade, conseqüentemente fui encaminhada pela mantenedora para atuar numa escola da rede estadual de ensino localizada na periferia da cidade de Santa Maria. Desde a minha chegada percebi um clima especial em termos de relacionamento entre os sujeitos ali inseridos. Tudo muito organizado, reuniões sempre produtivas, opiniões ouvidas e discutidas com todos os participantes e principalmente a participação da comunidade escolar, fato este que mais me chamou a atenção, pois os pais eram e são ouvidos a respeito de qualquer assunto relacionado à vida escolar dos seus filhos. Confesso que me encantei com esses fatos, pois passando por várias escolas, nunca tinha me deparado com esta empolgante situação e, por isso, quando surgiu a oportunidade de poder pesquisar sobre gestão escolar foi este o tema que escolhi para meu trabalho monográfico.

Através do tema busco pesquisar as estratégias utilizadas pela escola em que desenvolvo minha atividade como docente e que se constitui em campo da presente pesquisa.

Este estudo tem por finalidade promover a escuta dos membros da comunidade escolar através de seus segmentos de representatividade, ou seja, Conselho Escolar, CPM e Grêmios Estudantis, bem como a equipe administrativa e de coordenação pedagógica, verificando a partir daí as estratégias desenvolvidas pelo referido educandário em relação à participação da comunidade escolar, tanto interna como externa nas ações desenvolvidas pela escola.

Assim, com o objetivo de, através da experiência por mim vivenciada na escola, relatar como ocorre de forma simples e trivial a participação da comunidade

na gestão escolar e as suas possíveis contribuições para a formação de cidadãos participativos e melhores preparados para a vida em sociedade.

Nesta ótica, essa pesquisa tem como centro um olhar reflexivo sobre as práticas utilizadas pela escola em questão e as suas contribuições para a integração da escola com a comunidade escolar e local e, assim, promover a participação desta na gestão escolar. Nesse sentido, a questão norteadora da pesquisa se configura em: identificar estratégias realizadas pela gestão escolar democrática que possibilitem maior integração com a comunidade escolar interna e externa.

Para tanto, esta pesquisa constitui-se como um estudo de caso que se configura numa pesquisa referente às ações realizadas pela escola em estudo, na busca constante de aproximação da comunidade com a escola.

O Estudo de caso traduz um método da abordagem de investigação que consiste na utilização de um ou mais métodos qualitativos de recolhimento de informação e não segue uma linha rígida de investigação. Caracteriza-se por descrever um evento ou caso de uma forma longitudinal. O caso consiste geralmente no estudo aprofundado de uma unidade individual, tal como: uma pessoa, um grupo de pessoas, uma instituição, um evento cultural, etc. Quanto ao tipo de casos, estes podem ser exploratórios, descritivos, ou explanatórios.

Segundo Yin (2005), o estudo de caso representa uma investigação empírica e compreende um método abrangente, com a lógica do planejamento, da coleta e da análise de dados. Pode incluir tanto estudos de caso único quanto de múltiplos, assim como abordagens quantitativas e qualitativas de pesquisa.

Na posição de Lüdke e André (1986), o estudo de caso como estratégia de pesquisa é o estudo de um caso, simples e específico ou complexo e abstrato e deve ser sempre bem delimitado. Pode ser semelhante a outros, mas é também distinto, pois tem um interesse próprio, único, particular e representa um potencial na educação. Destacam em seus estudos as características de casos naturalísticos, ricos em dados descritivos, com um plano aberto e flexível que focaliza a realidade de modo complexo e contextualizado.

A coleta de dados para o estudo de caso envolve a leitura de documentos, em especial o Projeto Pedagógico e o Regimento da escola pesquisada, bem como a realização de entrevistas e a aplicação de questionários com questões abertas direcionadas aos componentes da comunidade escolar.

As entrevistas constituem uma fonte essencial de evidências para um estudo de caso, pois consideram aspectos humanos na apreciação de uma determinada situação (YIN, 2005).

Como afirma Yin (1989), a análise dos dados em estudo de caso consiste na compreensão dos dados no sentido de validar ou refutar os objetivos iniciais do estudo. Desta forma, a análise dos dados qualitativos do presente estudo de caso, objetivam sintetizar as informações obtidas pelos instrumentos de pesquisa aplicados, de forma que estas viabilizem respostas às perguntas da pesquisa em foco.

Yin (1989) evidencia que o propósito final da análise é o de tratar as evidências de forma adequada para se obter conclusões analíticas convincentes e eliminar interpretações alternativas.

O modelo de análise de dados que será utilizado se baseia na elaboração de explicações, onde o objetivo é analisar o estudo de caso para elaborar esclarecimentos sobre o mesmo constituindo relação acurada com os fatos e as conclusões obtidas.

Toda pesquisa científica necessita definir seu objeto de estudo e, a partir daí, construir um processo de investigação, delimitando o universo que será estudado.

O objeto de estudo desta pesquisa relacionada à gestão escolar é a Escola Estadual de Ensino Médio Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco que está localizada na zona oeste da cidade de Santa Maria, Bairro Boi Morto.

Este estabelecimento de ensino comporta atualmente, em média 800 alunos entre os turnos da manhã, tarde e noite, nas modalidades de Ensino Fundamental (8 e 9 Anos), Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos (E.J.A.) dos anos finais do Ensino Fundamental. Seu corpo docente é formado em média por 40 professores e 10 funcionários.

Os objetivos específicos que regem o estudo sobre gestão democrática e participação popular são: relatar como ocorre de forma simples e trivial a participação da comunidade externa e interna na gestão escolar; identificar a visão da comunidade em relação ao modelo gestor da escola pesquisada e elencar as atividades promovidas pela escola que mais estimulam e possibilitam oportunidades de participação na gestão da escola.

Participam desse processo de pesquisa e estudo a comunidade interna e externa da escola em questão, bem como todas as modalidades de ensino nela

existentes, através dos seguintes instrumentos: depoimentos, relatos de experiências e entrevistas semiestruturadas.

O primeiro capítulo deste trabalho tem como objetivo compreender a trajetória histórica da educação brasileira, enfatizando a gestão escolar rumo à participação da comunidade escolar externa e interna ao longo da história. Vejo que, ao traçar a linha do tempo da gestão democrática escolar e a participação da comunidade é uma ferramenta que se faz importante para entender a realidade vivida nas instituições escolares públicas brasileiras na atualidade.

O segundo capítulo destina-se a fundamentar a importância da participação da comunidade interna e externa escolar no processo de gestão democrática e como esta participação integradora ocorre de maneira eficiente e produtiva através de um firme embasamento legal.

No terceiro capítulo serão abordados os fatos correspondentes à realidade da comunidade escolar pesquisada, bem como a análise de dados pertinentes ao estudo realizado.

CAPITULO I

TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA GESTÃO EDUCACIONAL NO BRASIL

Ao questionamento sobre a maior tarefa da escola, poderíamos responder que é a de possibilitar o acesso universal ao saber ou, ainda, de socializar o saber sistematizado, mas sabe-se que na realidade a escola tem uma função bem mais ampla, a qual se refere à transformação tanto das pessoas, quanto da sociedade e do próprio saber.

Para a escola cumprir seu papel de favorecer o pleno desenvolvimento do sujeito e da sociedade, estabelece-se metas e diretrizes baseadas em leis distribuídas nas três esferas nacionais, ou seja, municípios, estados e país.

No Brasil, a Educação é amparada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – 9394/96, Constituição Federal de 1988, Plano Nacional da Educação e nos Estados pela sua Constituição e, nos municípios, pela Lei Orgânica, bem como pelos respectivos Planos de Educação.

A legislação vigente organiza e fundamenta todas as práticas educacionais e escolares no país, inclusive as práticas de gestão escolar, assunto este que se constitui em objeto deste estudo.

Para falar sobre gestão relacionada à educação é necessário ratificar conceitos que nos remetam a entender o que é gestão educacional e gestão escolar, assim como conceituar de maneira clara o que se entende por administração, democracia, participação popular, comunidade escolar interna e externa e seus papéis no cotidiano escolar e no desenrolar das práticas educativas e formadoras de cidadão. Estudar algumas ideias sobre a escola no passado e no presente representa uma importante competência para a gestão escolar, que é a capacidade de compreender o contexto e as relações em que se desenvolve a prática educativa. A escola onde cada um de nós trabalha não está solta no espaço, mas articula-se com o movimento mais amplo e mais largo da história da educação no mundo e, é claro, no Brasil. Se nos situamos nesse mundo e nessa história, mais facilidade temos de compreender o presente. E compreendendo-o, devemos buscar a mudança daquilo que pode ser mudado. (PROGESTÃO, MODULO I, 2001, p.17).

Para entender como as escolas brasileiras são geridas atualmente é imprescindível saber o caminho que nos trouxe até nossos dias, ou seja, a linha histórica da educação brasileira durante estes 512 anos de Brasil.

Primeiramente, o capítulo tratará de elucidar como era e como estão ocorrendo às práticas de gestão nas instituições de ensino brasileiras, evidenciando a legislação pertinente que nos leva até a atualidade, e, posteriormente, tratará das práticas e conceitos que embasam a gestão democrática e participativa.

1.1 Educação e o contexto histórico brasileiro

Para compreender a função social da escola, é importante situá-la no mundo moderno, observando os múltiplos papéis exercidos por ela ao longo do tempo. À primeira vista, verificamos que, mesmo cumprindo a tarefa básica de possibilitar o acesso ao saber, sua função social apresenta variações em diferentes momentos da história, expressando diferenças entre sociedades, países, povos e regiões.

Independentemente de suas modificações no decorrer da história, a escola foi a instituição que a humanidade criou para socializar o saber sistematizado. Isto significa dizer que é o lugar onde, por princípio, é veiculado o conhecimento que a sociedade julga necessário transmitir às novas gerações. Nenhuma outra forma de organização até hoje foi capaz de substituí-la. Para cumprir seu papel, de contribuir para o pleno desenvolvimento da pessoa, prepará-la para a cidadania e qualificá-la para o trabalho, como definem a Constituição e a LDB/96, é necessário que suas incumbências sejam exercidas plenamente. Assim, é preciso ousar construir uma escola onde todos sejam acolhidos e tenham sucesso. No Brasil, desde o começo de nossa história, temos a forte tradição de uma escola para poucos. No período em que o Brasil era colônia de Portugal e posteriormente tornou-se Império, o sistema educacional estava voltado à classe elitista. Essa situação começaria a mudar já no século XX, depois da Proclamação da República. Ainda assim, por muito tempo, a escola exerceu (em alguns lugares ainda exerce) uma função social excludente, ou seja: a escola atendia apenas uma pequena parcela – a camada mais rica – da população. (PROGESTÃO, MODULO I, 2001, p.17).

A Educação Brasileira tem seu início com a vinda dos colonizadores e a chegada dos padres jesuítas ao Brasil. Para Sander (2005), este primeiro momento de nossa história é visto como resultado de um processo que é ao mesmo tempo civilizador, colonizador e globalizador. A essa globalização, a qual Sander denominou globalatinização teve, segundo ele, intensa influência no campo da educação através do transplante dos conhecimentos, dos valores e práticas sociais e educacionais da Europa para o Brasil.

O ensino sob a regência da companhia de Jesus era guiado pelo Plano de Estudos da Ratio Studiorum, primeiro sistema educacional organizado pela Igreja Católica, gerando um sistema de ensino elitizado e aristocrático, considerando que apenas as classes dominantes econômica e politicamente tinham acesso a esses estudos. Com esse plano, a educação excluía as camadas populares do ensino, destinando a elas apenas a catequização. Deste modo o escolaticismo católico teve presença permanente e marcante na história da educação brasileira, tanto no período colonial como na república.

Com a expulsão dos jesuítas das colônias portuguesas, em função de serem considerados os responsáveis pela estagnação econômica instalada no Brasil, Marquês de Pombal instituiu o Ensino Público na Colônia. Da expulsão até as primeiras providências transcorreu um lapso de treze anos. “ Leigos começaram a ser introduzidos no ensino e o Estado assumiu pela primeira vez, os encargos da Educação (ROMANELLI, 1990, p. 38).

Neste período não há registro bibliográfico ou histórico que nos leve a crer que havia participação das famílias na organização escolar, ao que leva a supor que a educação era extremamente centralizada no governo colonial.

Em 1824, é outorgada a 1ª Constituição do Brasil, e, em 1834, o Ato Adicional. A partir disso, “o governo central passou a se responsabilizar pela promoção e legislação do ensino no Município da Corte e pela Educação Superior, delegando às províncias a competência para legislar e organizar a educação primária e média” (FISCHMANN, 1987, p. 171).

É importante destacar que na Constituição encontramos a declaração dos direitos fundamentais dos cidadãos, e os modos pelos quais o Estado vai assegurá-los. Dentre os direitos fundamentais do homem, a educação aparece nas Constituições Brasileiras recebendo tratamento diferenciado conforme a época de sua elaboração. (SUANO, 1987).

Segundo Benno Sander (2005), no período do segundo império, houve algum desenvolvimento promissor no campo da educação brasileira, graças à sensibilidade política e cultural do imperador Dom Pedro II e ao seu interesse pessoal pela educação. É nesse contexto que ao final do Império, Rui Barbosa liderou um importante movimento de reação a uma falta de tradição pedagógica autenticamente brasileira e a ausência de uma educação popular comprometida com a formação para a cidadania e para a defesa dos interesses nacionais.

Outro momento significativo de nossa história educacional veio com a República (1889-1930), visto a influência do positivismo francês de Comte na educação brasileira, o que segundo Sander (2005), revela-se na adoção de poderosos instrumentos de controle central e uniformização do ensino, apesar do federalismo formal e da descentralização proclamada da administração pública. O autoritarismo centralizador da administração pública se repetiria na administração escolar, embasada no taylorismo e fordismo norte-americano. Ainda no âmbito da escola, o positivismo se manifestou na concepção de um conteúdo universalista, transmitido por um currículo enciclopédico, na adoção da metodologia empírica e quantitativa e nas práticas prescritivas de organização e funcionamento das instituições de ensino. Os requisitos fundamentais das escolas, dos sistemas de ensino e da própria administração pública desta época são: a ordem, a disciplina, o controle centralizado e a uniformização de comportamentos e práticas.

Analisando a fala de Sander (2005), conclui-se que neste período a educação e a gestão sofriam uma forte influência do autoritarismo centralizador emanado do governo imperial que detinha o poder na época em questão.

Em termos legais, a Constituição republicana de 1891, em se tratando do ensino, pouco se propôs. Nela, se fez uma abordagem indireta da educação. Há um silêncio sobre a gratuidade do ensino, mas se determina sua laicidade. “Já a obrigatoriedade não passou, seja por causa do Federalismo, seja e, sobretudo, pela impregnação do princípio liberal de que a individualidade é uma conquista progressiva do indivíduo que desenvolve progressiva e esforçadamente a sua virtus” (CURY, 1996, p. 78), seja porque não havia recursos financeiros para obrigar a escolaridade a todos. Este é um problema que se observa ao longo da história da educação brasileira, considerando a pouca importância da educação e os precários investimentos públicos destinados a ela.

A referida constituição, a primeira da república, institui o sistema federativo e assim, a institucionalização da descentralização. “Ela reservou à união o direito de “criar instituições de ensino superior e secundário nos Estados” e “promover a instrução secundária no Distrito Federal”, o que delegava aos Estados competências para promover e legislar sobre a educação primária. (ROMANELLI, 1990, p.41).

Salienta-se que nos períodos históricos descritos acima, não havia nenhum registro de participação familiar nas organizações escolares da época.

A revolução de 1930 é designada como movimento armado iniciado no dia 3 de outubro de 1930, sob a liderança civil de Getúlio Vargas e sob a chefia militar do tenente-coronel Pedro Aurélio de Góis Monteiro, com o objetivo imediato de derrubar o governo de Washington Luís e impedir a posse de Júlio Prestes, eleito presidente da República em 1º de março anterior. O movimento tornou-se vitorioso em 24 de outubro e Vargas assumiu o cargo de presidente provisório a 3 de novembro do mesmo ano.

Normalmente, os historiadores dividem o período que Getúlio Vargas esteve à frente do governo federal em duas fases: 1930-1937, que corresponde ao que se convencionou chamar de 2ª República; e 1937-1945, conhecida como 3ª República.

O governo de Vargas sofreu forte influência das Forças Armadas e da Igreja, notadamente, um governo marcado pelo autoritarismo e pelo nacionalismo.

[...] é interessante lembrar que todo esse período de 1930- 45 já é nomeado Era Vargas, pois os componentes de autoritarismo e nacionalismo que costumam ser vistos como marcas do Estado Novo (1937-1945) já estavam presentes na própria Revolução de 1930, devido à influências das Forças Armadas e da Igreja Católica, que concorreram, entre outros fatores, para tornar viável este movimento na medida em que viam nele uma oportunidade de colocarem em prática os seus projetos de “educação do povo. (HILSDORF, 2005, p. 91-92)

A Era Vargas (1930-1945), é considerada até então como um período de grandes modificações em nosso país, tanto em termos econômicos, como culturais e educacionais.

Foram muitas as iniciativas tomadas por Getúlio Vargas durante o governo provisório (1930-1934) no terreno da educação. Em 14 de novembro de 1930, criou o Ministério da Educação e da Saúde Pública, nomeando como seu titular o jurista Francisco Campos.

Em 1934, três anos depois de criado o Ministério da Educação, foi aprovada uma nova Constituição, a qual dedicava um capítulo inteiro à educação. A União passava a ter a obrigação constitucional de "traçar as diretrizes da educação nacional" (art. 5º) e "fixar o plano nacional de educação, compreensivo do ensino em todos os graus e ramos, comuns e especializados" para "coordenar e fiscalizar a sua execução em todo o território do país" (art. 150º).

Enfatiza-se que esta mesma Constituição (a segunda da República) dispunha, pela primeira vez, que a educação é direito de todos, devendo ser ministrada pela família e pelos Poderes Públicos. Dessa forma vemos que neste período histórico brasileiro havia a ênfase a participação dos pais na formação de seus filhos e na organização do ambiente escolar.

É neste contexto que as famílias são chamadas a participar da escola com doações voluntárias para a criação dos "Fundos Especiais" de modo a integrar os recursos do financiamento da educação. Esses Fundos Especiais tinham por finalidade, conforme o parágrafo 1º do Artigo 157, prestar auxílio aos alunos pobres, compreendendo material didático, bolsa de estudos, merenda e assistência médica e dentária (SUANO, 1987).

Antes de 1930, a baixa demanda por educação encontra sua explicação no predomínio do setor agrário na economia brasileira. Acrescente-se, ainda, o fato de que esse setor utiliza formas anacrônicas de produção. Outros fatores são a baixa densidade demográfica da população brasileira e a incipiente urbanização do país (ROMANELLI, 1999, p. 60).

Cabe assinalar que o caráter elitista que permeou a organização da educação no país, não é devido apenas ao conteúdo curricular enciclopédico, que obviamente acabava por favorecer os alunos vindos das camadas superiores da pirâmide social, mas também ao sistema de avaliação dos estudos criado pela mesma Reforma Francisco Campos. Sobre esse aspecto da reforma, assim se expressa Romanelli:

O currículo enciclopédico, aliado a um sistema de avaliação extremamente rígido, controlado do centro, exigente e exagerado, quanto ao número de provas e exames, fez que a seletividade fosse a tônica de todo o sistema. Ambos os decretos estabeleciam, por seus artigos um processo de avaliação altamente seletivo. Para uma média de 10 disciplinas anuais, estavam prescritas em lei, para cada disciplina: a) uma arguição mensal; b) uma prova parcial a cada dois meses; c) um exame final. A nota final seria a média das notas mensais de arguição, das provas parciais e do exame final de cada disciplina. Isso tudo equivalia, aproximadamente, para o ano todo, 80 arguições ou provas mensais, 40 provas parciais e 10 provas finais, num

total de 130 provas e exames, o que durante o período letivo, equivaleria a, pelo menos, 1 prova a cada 2 dias de aula. Vê-se, portanto, que não se tratava de um sistema de ensino, mas de um sistema de provas e exames. E é evidente que o aluno que conseguisse varar ileso o sistema, ao longo dos seus 5 ou 7 anos de duração, era realmente privilegiado (ROMANELLI, 1999, p. 137).

Reunidos na Conferência Nacional de Educação, convocada no mês de dezembro de 1931 e instados por Vargas a apresentarem diretrizes para a elaboração de um projeto educacional para o país, dois grupos, os quais tinham como representantes de um lado, intelectuais liberais, socialistas e comunistas, alguns deles, protagonistas de reformas educacionais em seus estados de origem, agrupados em torno do movimento conhecido como Escola Nova; de outro lado, católicos e conservadores de diferentes matizes ideológicos, reunidos em torno de um projeto conservador de renovação educacional, não chegaram a acordo algum. As principais divergências concentram-se, basicamente, ao redor de quatro pontos: obrigatoriedade para todos do ensino elementar, gratuidade desse mesmo ensino, currículo escolar laico, coeducação dos sexos, ou seja, igualdade curricular para homens e mulheres.

O Movimento da Escola Nova colocou-se favoravelmente a certos temas educacionais, sendo a defesa da escola pública gratuita e destinada a todos, na sua questão fundamental. A educação igual para todos propiciaria a igualdade de oportunidades e, no processo de escolarização, apareciam os diferentes talentos, frutos da qualidade de cada um. Os outros pontos defendidos eram: a educação como dever do Estado, o ensino leigo e um conjunto de princípios pedagógicos inovadores, como o ensino ativo, a aproximação da escola com a comunidade (SUANO, 1987).

Observa-se que neste período histórico já existe uma forte corrente de pensamento que busca aproximar de modo legal a escola da comunidade externa com o intuito de favorecer parcerias de trabalho entre instituição e famílias.

Diante dos conflitos surgidos frente as ideias para qualificar o sistema educacional do país, 26 participantes encarregam Fernando de Azevedo de escrever o que ficou sendo conhecido como “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”. Esse episódio mereceu de Romanelli o seguinte comentário:

Quando se reuniu em dezembro de 1931, a IV Conferência Nacional de Educação, à qual o Governo havia solicitado a elaboração de diretrizes para uma política nacional de educação, a polêmica em torno do ensino leigo e da escola pública se tornou tão acirrada, que não houve clima, nem condições para atender o pedido do Governo, com o que ficou configurada a falta de uma definição objetiva do que era e do que pretendia o movimento renovador. Foi então que os líderes desse movimento resolveram precisar seus princípios e torná-los públicos, através de um documento endereçado "Ao Povo e ao Governo". Surge, pois, o "Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova", publicado em 1932 (ROMANELLI, 1999, p. 144).

Em 1932, surge a Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova em defesa dos ideais de democracia e gratuidade do ensino. Há também uma grande luta verbal contra o analfabetismo, que era gritante e debates ideológicos relativos aos ideais de liberdade e democratização da educação, ou seja, a educação de massa.

O Manifesto não é apenas um documento preocupado em estabelecer um diagnóstico do quadro educacional brasileiro. Há nele uma proposta de criação de um sistema nacional de educação, consubstanciado num esboço geral de um programa educacional.

Manifesto revela grande sintonia com temas discutidos em nossos dias, a exemplo da relação entre a escola e a família. Segundo as palavras do texto produzido por um grupo de educadores idealistas, os quais sonhavam com uma educação participativa já em 1932:

O papel da escola na vida e a sua função social ...a escola, campo específico de educação, não é um elemento estranho à sociedade humana, um elemento separado, mas "uma instituição social, um órgão feliz e vivo, no conjunto das instituições necessárias à vida, o lugar onde vivem a criança, a adolescência e a mocidade, de conformidade com os interesses e as alegrias profundas de sua natureza (...) Dessa concepção positiva da escola, como uma instituição social, limitada na sua ação educativa, pela pluralidade e diversidade das forças que concorrem ao movimento das sociedades, resulta a necessidade de reorganiza-la, como um organismo maleável e vivo, aparelhado de um system de instituições susceptíveis de lhe alargar os limites e o raio de ação (...) Cada escola, seja qual for o seu grão, dos jardins às universidades, deve, pois, reunir em torno de si as famílias dos alunos, estimulando as iniciativas dos pais em favor da educação; constituindo sociedades de ex-alunos que mantenham relação constante com as escolas; utilizando, em seu proveito, os valiosos e múltiplos elementos materiais e espirituais da coletividade e despertando e desenvolvendo o poder de iniciativa e o espírito de cooperação social entre os pais, os professores, a imprensa e todas as demais instituições diretamente interessadas na obra da educação. Trechos extraídos do

Manifesto dos Pioneiros da educação nova (PROGESTÃO,, MODULO I, 2001, p.27).

Parece-nos surpreendente que já na primeira metade do século XX houvesse pessoas sensíveis a temas como a aproximação entre a escola, a família e outros parceiros, sendo que apenas em período muito recente essa articulação tenha começado a ocorrer.

No plano educacional, a Constituição de 1934 adota boa parte do ideário político educacional presente no “Manifesto dos Pioneiros”, consagrando todo um capítulo às questões educacionais.

Com o golpe de Estado de 10 de novembro de 1937, dá-se início ao período histórico denominado Estado Novo, na prática, uma ditadura.

É neste período que surge uma nova carta constitucional de 1937, a qual dispensa um capítulo especial para a educação e a cultura, entretanto, a obrigação do Estado em matéria de educação fica muito modesta. Assim é que, logo de saída, o artigo 128 afirma ser “dever do Estado contribuir, direta e indiretamente, para o estímulo e desenvolvimento de umas e de outras favorecendo ou fundando instituições artísticas, científicas e de ensino.” Desaparece a exigência de um plano nacional de educação. A obrigação do poder público é, apenas, para aqueles que demonstrarem insuficiência de recursos para se manter numa escola particular.

O Artigo 129 destaca como dever do Estado o ensino “pré-vocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas” e, para reforçar esta orientação, proclama o “dever das indústrias e dos sindicatos” na manutenção das escolas para os filhos dos operários. Com essa legislação, o Governo Vargas explicita firme intenção de estruturar o ensino técnico profissional e quando cria o SENAI convoca o empresariado nacional a participar dessa empreitada (PALMA FILHO, 2005), origem do que é hoje o Salário Educação, uma das importantes fontes de financiamento da Educação Básica.

O ensino primário é declarado gratuito, introduzindo, porém, a taxa mensal para a Caixa Escolar a ser mantida pelas famílias mais abastadas de modo a ampliar os recursos da educação e garantir a escolaridade dos mais pobres (SUANO, 1987).

A caixa escolar substituiu os Fundos Especiais e a partir daí que se criaram os Círculos de Pais e Mestres (CPMs).

Na constituição de 1937, tal como já vinha sendo aludido desde a Constituição de 1934, é reafirmada a competência da União para fixar as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, considerando que, até aquele momento, não havia uma lei geral para a educação nacional.

Desaparece, no entanto, a exigência de um plano nacional de educação. Nesse sentido, o ensino profissional passa a ser a principal obrigação do Estado em matéria de educação e destina-se “às classes menos favorecidas” (artigo 129).

A partir do ano de 1942, o Ministro da Educação Gustavo Capanema dá início à publicação de vários decretos-lei. Quatro decretos são editados durante o Estado Novo: a) Decreto-lei 4.073, em 30 de janeiro de 1942 (Lei Orgânica do Ensino Industrial); b) Decreto-lei 4.048, em 22 de janeiro de 1942, cria o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), c) Decreto-lei 4.244, em 9 de abril de 1942 (Lei Orgânica do Ensino Secundário) e d) Decreto-lei 6.141, em 28 de dezembro de 1943 (Lei Orgânica do Ensino Comercial).

Em 1945, termina a 2ª guerra mundial e os países ditatoriais perdem a guerra. É neste momento que Vargas termina o Estado novo de 1937 e chama eleições diretas, num processo de redemocratização do país. Em 1946 foi instituída a nova Constituição Federal. Neste período foram publicados mais quatro decretos-lei: a) Decreto-lei 8.529, em 02 de janeiro de 1946 (Lei Orgânica do Ensino Primário) que organiza o ensino primário pela primeira vez em nível nacional como compromisso da União, considerando que desde o período Imperial a educação primária era dever das províncias e durante a 1ª República, dever dos Estados; b) Decreto-lei 8.530, em 02 de janeiro de 1946 (Lei Orgânica do Ensino Normal); c) Decreto-lei 8.621 e 8.622, em 10 de janeiro de 1946, criam o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e d) Decreto-lei 9.613, em 20 de agosto de 1946 (Lei Orgânica do Ensino Agrícola).

Como afirma Suano (1987, p. 180), “um elemento novo (nesta Constituição) é a criação do Serviço de Assistência Educacional aos alunos necessitados, em

A Carta Constitucional de 1946 inspirou-se no ideário liberal e democrático. Além de um capítulo dedicado à educação (artigos 166 a 175), essa Carta contém outros dispositivos que interessam diretamente à educação. Assim é que o artigo 141, § 5º, declara livre o pensamento sem que dependa de censura prévia. A publicação de livros e periódicos não dependerá de licença do poder público. De acordo com o parágrafo 7º do mesmo artigo: “é inviolável a liberdade de consciência

e crença...”, e o parágrafo 8º declara que: “por motivo de convicção religiosa, filosófica ou política, ninguém será privado de nenhum dos seus direitos”. (PALMA FILHO, 2005). O artigo 168 garante a “liberdade de Cátedra”. O artigo 173 estabelece que “As ciências, as letras e as artes são livres”.

Nos termos do artigo 5º, inciso XV, volta a integrar o texto Constitucional, dispositivo presente na Constituição de 1934, e que fora revogado pela Carta do Estado Novo que afirma ser competência privativa da União legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional. Em cumprimento a este dispositivo constitucional, o Ministro da Educação do Governo Dutra, Clemente Mariani, em 1948, submeteu à apreciação do Congresso Nacional, o Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que somente no ano de 1961 se converteria na nossa primeira LDB, sob o nº de Lei 4.024. (PALMA FILHO, 2005), representando a unificação do Sistema Nacional de Educação. Com esta legislação, se organiza o poder público para garantir recursos para o funcionamento eficiente dos CPMs, trazendo a participação da sociedade nos assuntos de assistência escolar das escolas públicas.

Segundo Palma Filho (2005), como não poderia deixar de ser, esse conjunto de transformações na base material da sociedade criou novas necessidades para o setor educacional que, todavia, não respondeu de modo satisfatório a essas novas demandas da sociedade.

Quanto à Administração Escolar, os anos de 1930 e 1940 são enfatizados por apresentarem as primeiras diretrizes institucionais visando à formação de profissionais qualificados para a função, como também trabalhos pioneiros no país sobre o papel do diretor de escola. (ANDREOTTI, 2006).

Retomando um pouco da história, observamos que, no fim da primeira República, no início da era Vargas (1930), a marca é de um Estado interventor na economia e em todos os processos administrativos e, conseqüentemente, da mesma forma, na educação. O diretor caracterizava-se como representante do poder do Estado e do governo. Era, portanto, nomeado por ser reconhecido como um “cidadão de inteligência e reconhecida probidade e patriotismo”, o qual seria o “único responsável para organizar, coordenar, fiscalizar e dirigir” a instituição de ensino (SECCO; ANANIAS e FONSECA, 2006, p. 54-101).

Pautado na análise de Andreotti (2006), no começo da era Vargas e no Nacional Desenvolvimentismo (1930-1964), vivenciando a crise agroexportadora, a modernidade é impulsionada pela industrialização e pela mudança na organização

social (urbanização). As novas formas de produção e de conflitos sociais colocam a educação como propulsora do progresso e da integração social, ou seja, da adaptação dos cidadãos à reestruturação do trabalho, exigindo ampliação e reorganização da administração da educação e da escola. Esta passa a ser objeto de preocupação também do Movimento de Reconstrução Nacional apresentada no Manifesto dos Pioneiros (1932), que denunciavam a falta de Espírito Filosófico e Científico na resolução dos problemas da administração escolar, requerendo formação específica a esses profissionais da escola (ANDREOTTI, 2006).

1.2 Educação e o Período Militar da Década de 1960

As intervenções militares foram recorrentes na história da República Brasileira. Antes de 1964, porém, nenhuma dessas interferências resultou num governo presidido por militares. Em março de 1964, contudo, os militares assumiram o poder por meio de um golpe e governaram o país nos 21 anos seguintes, instalando um regime ditatorial.

Instalados no poder e tendo se apropriado de toda a máquina pública de forma autoritária, os militares, juntamente com a elite conservadora, esforçaram-se no objetivo de suplantar qualquer manifestação cultural que pusesse em risco a sua estrutura ideológica:

[...] Procurou-se evidenciar que a política do governo militar empenhou-se na destruição cultural das forças que poderiam resistir à barbárie. Ao se impor pela força, adotando um modelo consequente e coerente com a Doutrina de Segurança Nacional, a ditadura mostrou a sua verdadeira natureza em termos culturais. E cumpriu a 'profecia' do comandante da invasão da UnB, coronel Darci Lázaro: 'Se essa história de cultura vai nos atrapalhar a endireitar o Brasil, vamos acabar com a cultura durante trinta anos'. (CHIAVENATO, 2004, p.149).

Neste sentido, os militares não trouxeram qualquer benefício à educação e a cultura brasileira:

[...] Somente uma visão bastante condescendente com os ditadores poderia encontrar indícios de algum saldo positivo na herança deixada pela ditadura militar”. Ainda neste raciocínio, cabe perguntar: Dentro de uma perspectiva social, Como esse modelo, baseado na repressão, permeou a mentalidade nacional em meio ao século XX? Quais as suas promessas e influências diretas ou indiretas nos dias atuais? Por que tais acontecimentos se processaram desta forma? (GHIRALDELLI, 2003, p.121).

Clark, Nascimento e Silva (2006) demonstraram que, no período do governo militar (1964-1984), a política educacional atendeu aos interesses utilitaristas inspirados na “Teoria do Capital Humano”, mantendo uma relação direta entre sistema educacional e sistema produtivo. Dessa forma, segundo os referidos autores, a administração escolar tinha como essência atividades técnicas, podendo, portanto, ser exercida por um técnico, uma vez que a função do diretor se pautava no gerenciamento, na adequação e no cumprimento dos programas e dos regulamentos escolares decididos em instâncias superiores e, por fim, na fiscalização dos trabalhos desenvolvidos na escola pelos educadores e funcionários.

A Teoria do Capital Humano, que inspirou a concepção e a formulação das políticas educacionais pós-1964, teve seu instrumental originalmente desenvolvido para avaliar a rentabilidade dos gastos empresariais em treinamento profissional. Esta teoria alega que o nível educacional representa uma taxa de retorno na produtividade. Daí, quem tivesse mais educação formal teria um melhor salário. O trabalhador passa a ser integrado como parte do capital, uma parte que se integra como recurso humano para a produção.

O conjunto de postulados básicos da Teoria do Capital Humano teve profunda influência na educação brasileira, sobretudo, na ditadura militar, entre 1968 a 1975.

No plano da política, o economicismo serviu às forças promotoras do golpe, da base conceptual a técnica à estratégia de ajustar a educação ao tipo de opção por um capitalismo associado e subordinado ao grande capital. A reforma universitária de 68 e a lei da educação primária e média de 1971 (que passam a ser chamados de 1º e 2º graus), corporificaram a essência deste ajuste.

Se no período anterior, muitas conquistas aconteceram com a participação de educadores que sonhavam e faziam acontecer, neste período houve uma estagnação e o tão sonhado “acabar com o analfabetismo” virou um pesadelo, pois muitos educadores passaram a ser caçados, exilados e desaparecidos. Universidades foram invadidas e a UNE foi fechada, passando a existir na

clandestinidade. O regime militar exercia o governo de imposição, antidemocrático, o privado sobre o público foi a tônica deste período, no qual mais Universidades privadas surgiram, como também a criação do vestibular classificatório.

Otaísa Romanelli (1991) relata que durante a Ditadura pensava-se em erradicar definitivamente o analfabetismo através de um programa nacional, levando-se em conta as diferenças sociais, econômicas e culturais de cada região. Para isso, foi criado o Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL, que não conseguiu atingir seu objetivo e por isso foi extinto. No entanto, outra Lei foi criada para vangloriar a ditadura: Segundo Romanelli:

É no período mais cruel da ditadura militar, onde qualquer expressão popular contrária aos interesses do governo era abafada, muitas vezes pela violência física, que é instituída a Lei 5.692, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1971. A característica mais marcante desta Lei era tentar dar a formação educacional um cunho profissionalizante. Dentro do espírito dos "slogans" propostos pelo governo, como "Brasil grande", "ame-o ou deixe-o", "milagre econômico", etc., planejava-se fazer com que a educação contribuísse, de forma decisiva, para o aumento da produção brasileira (1991, p.64).

Um ponto marcante no cenário educacional da época está relacionado a uma série de acordos produzidos, a partir de 1964, entre o Ministério da Educação brasileiro (MEC) e a United States Agency for International Development (USAID). Estes acordos visavam estabelecer convênios de assistência técnica e cooperação financeira à educação brasileira. Entre junho de 1964 e janeiro de 1968, período de maior intensidade nos acordos, foram firmados 12, abrangendo desde a educação primária (atual ensino fundamental) ao ensino superior. O último dos acordos firmados foi no ano de 1976.

Os Acordos MEC-USAID inseriam-se num contexto histórico fortemente marcado pelo tecnicismo educacional da teoria do capital humano, isto é, pela concepção de educação como pressuposto do desenvolvimento econômico. Nesse contexto, a "ajuda externa" para a educação tinha por objetivo fornecer as diretrizes políticas e técnicas para uma reorientação do sistema educacional brasileiro, à luz das necessidades do desenvolvimento capitalista internacional. Os técnicos norte-americanos que aqui desembarcaram muito mais do que preocupados com a educação brasileira, estavam ocupados em garantir a adequação de tal sistema de ensino aos desígnios da economia internacional, sobretudo aos interesses das

grandes corporações norte-americanas. Na prática, os Acordos MEC-USAID não significaram mudanças diretas na política educacional, mas tiveram influência decisiva nas formulações e orientações que, posteriormente, conduziram o processo de reforma da educação brasileira na Ditadura Militar.

Nesse contexto, os acordos MEC-USAID concentraram as acepções essenciais que posteriormente informaram os caminhos que deveriam ser seguidos pelos responsáveis pela formulação da política educacional nacional para o ensino superior: a racionalização do ensino, a prioridade na formação técnica, o desprezo as Ciências Sociais e Humanas, a inspiração no modelo empresarial e o estabelecimento de um vínculo estreito entre formação acadêmica e produção industrial (ROMANELLI, 1987).

No que tange à gestão escolar, nesse contexto, a direção das escolas era “cargo de confiança” do governo e as escolas públicas tinham seu provimento efetivado por nomeação do governador ou do prefeito, em geral a partir de indicações feitas por lideranças político-partidárias das respectivas regiões (PARO, 1996). Essa prática clientelista desembocava em relações de poder nas escolas, evidenciadas nas ações dos diretores, que atuavam como mediadores das relações entre as instâncias superiores da administração do ensino e seus “subordinados” (PARO, 1996).

No período ditatorial, portanto, foi acentuado o poder de diretores escolares e de pessoas que, na instituição escolar, representavam o Estado. Conforme estudos de Paro (1996), a prática desses dirigentes escolares se manifestava de forma pouco participativa e autoritária e isso se devia, em grande parte ou exclusivamente, ao fato de o diretor, não tendo compromissos com o pessoal escolar ou com os usuários da escola, por não ter sido escolhido por estes, tendia a articular-se apenas com os interesses do Estado, voltando as costas para a unidade escolar e sua comunidade” (PARO, 1996, p. 380). Como se vê, neste período, as famílias foram afastadas do cotidiano escolar e a elas, de maneira alguma eram dadas oportunidades de participação democrática, visto que o momento histórico não permitia este tipo de manifestação e ou prática.

Nessa perspectiva, as interações no interior da escola se distanciavam do desejo de construção de um espaço democrático inerente à natureza da escola pública, inclusive inviabilizando um fazer pedagógico voltado para a formação da cidadania plena, implicando em difíceis relações no ambiente escolar, sobretudo

com os agentes ligados diretamente ao diretor da escola, neste caso, os professores.

Ainda, tomando como referência o período da Ditadura Civil-militar no Brasil, sabe-se que, nesse contexto, a política educacional foi coerente com os pressupostos do regime. O reflexo dessas ações, do ponto de vista formal, foi a construção de um ambiente escolar onde valorizavam-se o poder e a autoridade exercidos unilateralmente, enfatizando relações de subordinação e hipervalorizando a racionalização do trabalho com tendência a “retirar ou, ao menos, diminuir nas pessoas a faculdade de pensar e decidir sobre seu trabalho” (LIBÂNEO, 2001, p.100).

Os resquícios na área educacional do período da ditadura existem até hoje. O legado deixado pelos militares foi vergonhoso. Perdeu-se anos que poderiam ter sido dourados para nossa educação. E ainda existem muitas pessoas que vivem impactadas pela ditadura daquele período. Por isso, nem sempre os educadores e os educandos têm a coragem de expor os problemas por que passam. Ainda não se acostumaram à democracia.

No fim do Regime Militar a discussão sobre as questões educacionais assumiram caráter político. Pensadores de outras áreas do conhecimento passaram a falar de educação num sentido mais amplo do que as questões pertinentes à escola, à sala de aula, à didática, à relação direta entre professor e estudante e à dinâmica escolar em si mesma. Impedidos de atuarem em suas funções, por questões políticas durante o Regime Militar, esses pensadores passaram a assumir postos na área da educação e a concretizar discursos em nome do saber pedagógico.

A história recente do Brasil contemporâneo costuma ser contada a partir da transição democrática, isto é, do final da ditadura militar no país e da eleição indireta de Tancredo Neves pelo Colégio Eleitoral, em 15 de janeiro de 1985. Desde esse momento do retorno da democracia ao país até a atualidade, muitas mudanças têm ocorrido em vários aspectos da realidade brasileira. Embora ainda existam muitas permanências, que tem origem em épocas mais longínquas da história do país, tornou-se comum afirmar que o Brasil já não é o mesmo. (ALVES, OLIVEIRA, 2010).

1.3 A abertura política e a Constituição Federal de 1988

Com a abertura política no início dos anos 80, nova Constituição foi promulgada em contraposição à Emendas Constitucionais de 1967 e 1969 do período ditatorial.

Em um período de pouco mais de vinte anos, o país vivenciou experiências importantes: crises econômicas, estabilização da moeda nacional, jogo político democrático, que, por meio de conflitos, composição e reorganização de interesses, fortaleceu os mecanismos de participação dos cidadãos brasileiros na vida nacional; inserção dos setores sociais, antes marginalizados, na vida social e econômica do país e melhoria nos índices socioeconômicos. (ALVES, OLIVEIRA, 2010).

Frente a tudo isso, muitos problemas da sociedade brasileira, contudo, ainda precisam ser superados: erradicar a miséria de contingente significativos da população, aumentar a frequência dos alunos em todas as etapas do ensino; distribuir a riqueza nacional de forma mais justa, com a correção de desigualdades sociais e regionais; eliminar a corrupção política e inibir qualquer tipo de preconceito. (ALVES, OLIVEIRA, 2010).

Com a abertura política no início dos anos 80, nova Constituição foi promulgada em contraposição às Emendas Constitucionais de 1967 e 1969 do período ditatorial.

A atual Constituição Federal do Brasil, chamada de “Constituição Cidadã”, foi promulgada no dia 5 de outubro de 1988. A Constituição é a lei maior, a Carta Magna, que organiza o Estado brasileiro.

Legalmente, observa-se que a gestão democrática está amparada tanto pela Constituição Federal (CF 05/10/1988), quanto pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB de 20/12/1996) e também pelo Plano Nacional de Educação (PNE. Lei n. 10.127, 09/01/ 2001)

A declaração do Direito à Educação é particularmente detalhada na Constituição Federal (CF) da República Federativa do Brasil, de 1988, representando um salto de qualidade com relação à legislação anterior, com maior precisão da redação e detalhamento, introduzindo-se, até mesmo, os instrumentos jurídicos para a sua garantia.

A declaração do Direito à Educação aparece no artigo 6º: “São direitos sociais a educação, [...] na forma desta Constituição”, onde pela primeira vez em nossa história Constitucional explicita-se a declaração dos Direitos Sociais, destacando-se, com primazia, a educação.

No artigo 205, afirma: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família.”

Segundo a Constituição Federal de 1988, o Brasil é um Estado Democrático de Direito que tem dentre seus fundamentos a cidadania (art.1º,II), e no exercício dessa cidadania, o ser humano deve ter assegurado o direito à participação (Art.37. §3 estabelecendo ainda as formas de participação(art.206, VII), de modo que seja introduzido nas unidades escolares o processo de participação da comunidade escolar na gestão da escola. E, em relação ao ensino, ela também estabelece que ele deva ser ministrado com base nos seguintes princípios:

Art. 206:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;
- VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII - garantia de padrão de qualidade.
- VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal.

O artigo que detalha o Direito à Educação é o artigo 208, formulado nos seguintes termos: O dever do Estado para com a educação será efetivado mediante a garantia de:

- I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;
- II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;
- III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;
- IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;
- V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;
- VI - oferta de ensino noturno regular, adequada às condições do educando;
- VII - atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

Com relação à gestão democrática, a LDB, em seus artigos 14 e 15, apresentam as seguintes determinações:

Art. 14 - Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I. participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II. participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Estes artigos da LDB, acima citados, dispõem que a “gestão democrática do ensino público na educação básica aos sistemas de ensino, oferece ampla autonomia às unidades federadas para definirem em sintonia com suas especificidades formas de operacionalização da gestão, com a participação dos profissionais da educação envolvidos e de toda a comunidade escolar e local” (VIEIRA, 2005).

Tendo por base o princípio II do artigo 14 da LDB, é compromisso dos sistemas de ensino assegurarem às escolas públicas progressivos graus de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira, o que representa uma abertura a participação de toda a comunidade escolar.

A legislação vigente como não poderia deixar de ser também contempla em seu texto a autonomia escolar, dada a sua fundamental importância para que a gestão democrática realmente ocorra, a mesma está prevista na LDB conforme segue descrito abaixo:

Art. 15 - Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas de direito financeiro público.

Sendo assim e de acordo com Neves, 1995, a autonomia é a possibilidade e a capacidade de a escola elaborar e implementar um projeto político-pedagógico que seja relevante à comunidade e à sociedade a que serve.

Quanto à finalidade da educação básica, a legislação educacional é clara quando afirma no Art. 22º, da LDB 9394/96 que a educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável

para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

O Plano Nacional de Educação (PNE) indica que os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola e a participação dos pais em conselhos escolares, já que as famílias podem e devem se envolver ativamente nas decisões tomadas pelas escolas dos seus filhos. Candidatar-se a uma vaga no conselho escolar é uma boa maneira de acompanhar e auxiliar o trabalho dos gestores escolares.

Quanto à participação familiar, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) define no Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais e estipula, como incumbências da escola: “articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola” (inciso VI do Artigo 12), bem como “informar pai e mãe, conviventes ou não com seus filhos e, se for o caso, os responsáveis legais, sobre a frequência e rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola” (inciso VII, do mesmo Artigo). O professor, por sua vez, também tem a incumbência de “colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade” (inciso VI do Artigo 13).

A gestão democrática expressa um movimento recente de renovação educacional no Brasil, em contraposição à concepção centralizadora e burocrática até então existente. Entre as consequências desse movimento, destacam-se a implantação dos conselhos ou colegiados escolares, a eleição direta de diretores, a elaboração do Projeto Pedagógico, a existência de agremiações, assembleias, reuniões coletivas de trabalho, entre outros.

O campo da administração escolar, embora tão em voga atualmente em virtude das inúmeras reformas educacionais, nem sempre foi alvo de atenção na produção acadêmica dos intelectuais na História da Educação. Em uma trajetória educacional de mais de 500 anos, a administração escolar estrutura-se como campo de estudos acadêmicos há menos de um século. Os primeiros escritos teóricos no Brasil reportam-se à década de 1930. (DABRACH e MOUSQUIER, 2009).

Diante desta trajetória de mudanças no campo da administração/gestão escolar, pode-se dizer que, da mesma forma que os pioneiros buscaram superar o modelo empirista e normativo que reinou no país até a década de 1930, baseado nas proposições da racionalidade científica, os intelectuais da década de 1980 buscam, frente uma sociedade capitalista cada vez mais excludente, superar a visão tecnicista e de neutralidade aderida a prática, apontando para sua função política no seio da transformação da sociedade. (DRABACH e MOSQUER, 2009).

A implantação do projeto neoliberal de sociedade, em âmbito global, trouxe dilemas para o Brasil. Dagnino (2004) aponta para o momento histórico atual, como um período perverso de confluência entre o projeto neoliberal e o projeto democrático. A perversidade é decorrente do fato de que ambos os projetos, embora apontando para direções opostas, requerem uma “sociedade civil ativa e propositiva”:

A disputa política entre projetos políticos distintos assume então o caráter de uma disputa de significados para referências aparentemente comuns: participação, sociedade civil, cidadania, democracia. Nessa disputa, onde os deslizamentos semânticos, os deslocamentos de sentido, são as armas principais, o terreno da prática política se constitui num terreno minado, onde qualquer passo em falso nos leva ao campo adversário. Aí a perversidade e o dilema que ela coloca, instaurando uma tensão que atravessa hoje a dinâmica do avanço democrático no Brasil (DAGNINO, 2004, p. 97).

Levando em conta a importância do tema deste trabalho e relacionando-o ao histórico da educação brasileira convém salientar a importância de compreender a caminhada da educação no Brasil.

Primeiramente e por longos anos, a educação seguia os interesses do estado e da elite brasileira. Demorou para que alguns pensadores e estudiosos entendem e sugerissem que a participação familiar no processo educacional e escolar se faz necessário para o sucesso do mesmo.

Das oito constituições elaboradas e promulgadas em nosso país, apenas a de 1988, considerada a “Constituição Cidadã”, estabelece a gestão democrática do ensino público brasileiro, a qual é endossada posteriormente pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no ano de 1996, onde já haviam passados 12 anos.

Ao percorrer a história educacional do Brasil chegamos a vivência democrática que deve ser construída diariamente através dos mecanismos de participação da comunidade escolar previstos na legislação pertinente. Cabe a nós educadores buscar a comunidade escolar, tanto interna como externa para dentro deste processo que, sem sombra de dúvida busca qualificar a escola e a aprendizagem respondendo aos desejos emanados pelos atores envolvidos na caminhada da educação.

É necessário que todos tenham conhecimento dos mecanismos da gestão democrática, mas que, além disso, sejam sujeitos ativos na busca da melhoria da qualidade de ensino através do exercício da cidadania e participação responsável nos processos escolares.

CAPITULO II

GESTÃO DEMOCRÁTICA ESCOLAR

2.1 A efetiva prática participativa na gestão democrática escolar

Na escola pública, permeando a educação formal e a educação não formal, encontra-se, entre outros aspectos, a Gestão Escolar. Para abordarmos o conceito de gestão escolar, faz-se necessário analisar o conceito de gestão, que para Libâneo (2004) é:

[...] a atividade pela qual são mobilizados meios e procedimentos para se atingir os objetivos da organização, envolvendo, basicamente, os aspectos gerenciais e técnicos-administrativos. (LIBÂNEO, 2004, p.101)

A gestão é entendida como a participação efetiva dos vários segmentos da comunidade escolar, pais, professores, estudantes e funcionários na organização, na construção e avaliação dos projetos pedagógicos, na administração dos recursos da escola, enfim, nos processos decisórios da escola.

Nesse sentido, está posto na proposta de Plano Nacional de Educação da Sociedade Brasileira, que “a gestão deve estar inserida no processo de relação da instituição educacional com a sociedade, de tal forma a possibilitar aos seus agentes a utilização de mecanismos de construção e de conquista da qualidade na educação”.

O que se entende por uma gestão escolar democrática é a antítese de organizações escolares autoritárias, ou centralizadas. Reafirmando-se como uma dinâmica de compartilhamento de poder efetivado na possibilidade de criação de canais de efetiva participação e de aprendizado democrático. Conseqüentemente, gestar democraticamente uma escola implica repensar as estruturas de poder autoritárias que permeiam as relações sociais e, no seio dessas, as próprias práticas educativas.

A gestão escolar constitui uma dimensão e um enfoque de atuação que objetiva promover a organização, a mobilização e a articulação de todas as condições materiais e humanas necessárias para garantir o avanço dos processos socioeducacionais dos estabelecimentos de ensino orientados para a promoção efetiva da aprendizagem pelos alunos, de modo a torná-los capazes de enfrentar adequadamente os desafios da sociedade globalizada e da economia centrada no conhecimento (LÜCK 2000, p.11). Esta citação de Lück, com certeza reflete uma prática de gestão educacional voltada a uma maior participação da comunidade escolar visando o avanço dos processos socioeducacionais nos estabelecimentos de ensino; promovendo dessa forma, uma aprendizagem efetiva por parte dos alunos, tornando-os capazes de competirem em uma sociedade globalizada e capitalista.

O conceito de Gestão Escolar, relativamente recente, é de extrema importância para que se tenha uma escola que atenda às atuais exigências da vida social: formar cidadãos e oferecer, ainda, a possibilidade de apreensão de competências e habilidades necessárias e facilitadoras da inserção social. Para fim de melhor entendimento, costuma-se classificar a gestão escolar em três áreas, que funcionam interligadas, de modo integrado ou sistêmico: Gestão Pedagógica, Gestão de Recursos Humanos e Gestão Administrativa (SANTOS, 2006, p.130).

O entendimento do conceito de gestão já pressupõe, em si, a ideia de participação, isto é, do trabalho associado de pessoas analisando situações, decidindo sobre seu encaminhamento e agindo sobre elas em conjunto. Isso porque o êxito de uma organização depende da ação construtiva conjunta de seus componentes, pelo trabalho associado, mediante reciprocidade que cria um “todo” orientado por uma vontade coletiva (LÜCK, 1998, p. 37).

Em linhas gerais, a lógica da gestão é orientada pelos princípios democráticos e é caracterizada pelo reconhecimento da importância da participação consciente e esclarecida das pessoas nas decisões sobre a orientação, organização e planejamento de seu trabalho e articulação das várias dimensões e dos vários desdobramentos de seu processo de implementação (LÜCK, 2011, p. 36).

A gestão educacional passa pela democratização da escola sob dois aspectos: a) interno – que contempla os processos administrativos, a participação da comunidade escolar nos projetos pedagógicos; b) externo – ligado à função social da escola, na forma como produz, divulga e socializa o conhecimento.

Os artigos 14 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e 22 do Plano Nacional de Educação (PNE) indicam que os sistemas de ensino devem definir as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação das comunidades escolares e locais em conselhos escolares. Deve-se enfatizar então que a democracia na escola por si só não tem significado. Ela só faz sentido se estiver vinculada a uma percepção de democratização da sociedade.

Na Gestão democrática deve haver compreensão da administração escolar como atividade meio e reunião de esforços coletivos para a implementação dos fins da educação, assim como a compreensão e aceitação do princípio de que a educação é um processo de emancipação humana; que o Plano Político Pedagógico (PPP) deve ser elaborado através de construção coletiva e que além da formação deve haver o fortalecimento do Conselho Escolar.

No entanto, cabe aos gestores escolares sob a coordenação da direção, assegurar que a escola realize sua missão: ser um local de educação, entendida como elaboração do conhecimento, aquisição de habilidades e formação de valores. A direção deverá animar e articular a comunidade educativa na execução do projeto educacional, incrementando a gestão participativa da ação pedagógico-administrativa, conduzindo a gestão da escola em seus aspectos administrativos, econômicos, jurídicos e sociais. Neste sentido, o diretor assume a importante função, não só de responder pelos resultados do processo educativo, como o de ser o articulador/mediador entre escola e comunidade. Ele deve incentivar a participação, respeitando as pessoas e suas opiniões, no que chamamos de gestão democrática (LIBÂNEO, 2005, p.332).

A gestão escolar democrática exige uma permanente atitude de escuta e abertura ao diálogo como princípios de ação, sobretudo pela abertura e efetividade de canais de participação popular nestes espaços. Os colegiados escolares (conselhos escolares, círculos de pais, associações e grêmios estudantis) são importantes ferramentas na construção de um modo democrático de gerir a educação, uma vez que oportunizam acesso a decisões e possibilidades de partilha do poder.

Os sujeitos envolvidos no processo educativo devem criar uma visão de conjunto associada a uma ação cooperativa, e para que isso se torne possível é

preciso que todos estejam bem informados e engajados no cotidiano do organismo escolar.

Para Paulo Freire (1996, p. 72), a alegria não chega apenas no encontro do achado, mas faz parte do processo da busca. E ensinar e aprender não pode dar-se fora da procura, fora da boniteza e da alegria.

Sendo assim, acredita-se que a escola deva ser um lugar para as pessoas se sentirem felizes, valorizadas socialmente e parte integrante de uma construção contínua do saber.

2. 2 Mecanismos de participação para a democratização da gestão escolar

A democracia supõe, além da livre escolha dos governantes, das decisões por maiorias, a convivência e o diálogo entre pessoas que pensam de modo diferente e querem coisas distintas, ou seja, o reconhecimento da diversidade social e a superação das desigualdades sociais. O aprendizado democrático implica a capacidade de discutir, elaborar e aceitar regras coletivamente, assim como a superação de obstáculos e divergências, por meio do diálogo, para a construção de propósitos comuns. Na escola não é diferente, nela encontramos, também, diversos modos de ser, de pensar e o conflito de interesses. Uma gestão democrática e participativa do ensino público busca, pelo diálogo e pela mobilização das pessoas, a criação de um projeto pedagógico, com base na participação e nos princípios de convivência democrática (PROGESTAO, v 2, p.18).

Em relação aos mecanismos de gestão democrática, Paro (1998, p46), cita:

[...] tendo em conta que a participação democrática não se dá espontaneamente, sendo antes um processo histórico em construção coletiva, coloca-se a necessidade de se preverem mecanismos institucionais que não apenas viabilizem, mas também incentivem práticas participativas dentro da escola pública.

Ao processo educativo corresponde um conjunto de ações, relações de significado que permeiam o viver do ser humano. Por meio da educação, ele adquire capacidade para conhecer e compreender a realidade que o cerca, assim como as

questões sociais, políticas, culturais e econômicos que dela fazem parte, interagindo e socializando-se com a comunidade.

A gestão democrática introduz na escola movimentos importantes, como: a participação de alunos, funcionários, professores, pais e comunidade local; a desconstrução das relações hierarquizadas de poder e dominação; a ruptura com os processos de restrição à participação, nas decisões sobre os rumos da escola. Estes espaços fortalecem a participação na escola.

Muitas são as concepções sobre as relações entre gestão e democracia, mas a ideia da gestão escolar democrática está vinculada à compreensão da escola como uma instituição social capaz de contribuir para a formação de cidadãos.

Inicialmente, definimos gestão democrática como um tipo de gestão político-pedagógica e administrativa orientada por processos de participação das comunidades escolar e local (PROGESTÃO, v. II, p. 18).

A promoção de uma gestão educacional democrática e participativa está associada ao compartilhamento de responsabilidades no processo de tomada de decisões entre os diversos níveis e segmentos de autoridades do sistema de ensino e de escolas. Desse modo, as unidades de ensino poderiam, em seu interior, praticar a busca de soluções próprias para os seus problemas e, portanto mais adequadas às suas necessidades e expectativas, segundo os princípios de autonomia e participação.

Desta forma, se faz necessária criação mecanismos que garantam a participação da comunidade escolar no processo de organização e gestão democrática levando em conta os princípios que a norteiam, tais como:

- **Descentralização:** A administração, as decisões, as ações devem ser elaboradas e executadas de forma não hierarquizada.
- **Participação:** Todos os envolvidos no cotidiano escolar devem participar da gestão: professores, estudantes, funcionários, pais ou responsáveis, pessoas que participam de projetos na escola, e toda a comunidade ao redor da escola.
- **Transparência:** Qualquer decisão e ação tomada ou implantada na escola tem que ser de conhecimento de todos.

A participação só será efetiva se os agentes que compõem a comunidade escolar conhecerem as leis que a regem, as políticas governamentais propostas para a educação, as concepções que norteiam essas políticas e, principalmente, se estiverem engajados na defesa de uma escola democrática que tenha entre seus

objetivos a construção de um projeto de transformação do sistema autoritário vigente.

Por este ângulo, entende-se que a democratização começa no interior da escola, por meio da criação de espaços nos quais professores, funcionários, alunos, pais de alunos etc. possam discutir criticamente o cotidiano escolar. Nesse sentido, a função da escola é formar indivíduos críticos, criativos e participativos, com condições de participar criticamente do mundo do trabalho e de lutar pela democratização da educação em nosso país.

A Constituição Federal relaciona os princípios a serem observados na gestão das escolas: O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V – valorização dos profissionais de ensino, garantindo, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso, exclusivamente, por concurso público de provas e títulos, assegurado regime jurídico único para todas as instituições mantidas pela União;
- VI – gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII – garantia de padrão de qualidade (Art. 206,CF, 1988).

Como se observa, a Constituição Federal estabeleceu a gestão democrática do ensino público como um entre os sete princípios necessários para se ministrar o ensino em nosso país e, por extensão, para gerir as escolas públicas. Igualdade, liberdade, pluralismo, gratuidade, valorização dos profissionais de ensino e garantia de padrão de qualidade são os outros seis princípios que, articulados à gestão democrática como modo de administrar as escolas, apontam para a possibilidade de todas as pessoas, independente de sua situação social, econômica e cultural intervir e participar ativamente na construção de políticas educacionais e na gestão das escolas. A forma como estes princípios deverão tornar-se realidade foi regulamentada pela LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96)(PROGESTÃO , v. II, p. 19).

Entre os mecanismos de participação para a democratização da gestão escolar, destaca-se o Conselho Escolar, a Associação de Pais e Mestres, Grêmio

Estudantil, Conselho de Classe e Projeto Pedagógico. Tais mecanismos serão devidamente explanados no decorrer do capítulo em questão.

2.3 - Conselho Escolar

Ao processo educativo corresponde um conjunto de ações, relações de significado que permeiam o viver do ser humano. Por meio da educação, ele adquire capacidade para conhecer e compreender a realidade que o cerca, assim como as questões sociais, políticas, culturais e econômicas que dela fazem parte, interagindo e socializando-se com a comunidade. A palavra Educação remete nossos pensamentos à escola, porém ela não é a única responsável pelo processo educativo.

O Conselho Escolar (CE) é um colegiado com membros de todos os segmentos da comunidade escolar com a função de gerir coletivamente a escola. Com suporte na LDB, lei nº 9394/96 no Artigo 14, que trata dos princípios da Gestão Democrática no inciso II – "participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes", esses conselhos devem ser implementados para se ter uma gestão democrática " (SEED 1998, p. 44).

A representação é considerada como uma forma significativa de participação: nossas ideias, nossas expectativas, nossos valores, nossos direitos são manifestados e levados em consideração por meio de um representante escolhido como pessoa capaz de traduzi-los em um contexto organizado para este fim. Essa concepção é necessária em grupos sociais grandes que não permitem a participação direta de todos, e se efetiva pela instituição de organizações formais em que o caráter representativo é garantido pelo voto (LÜCK, 2009, p. 41).

O Conselho de Escola tem atribuições consultivas, deliberativas e fiscais em questões definidas na legislação estadual ou municipal e no Regimento Escolar. Essas questões, geralmente, envolvem aspectos pedagógicos, administrativos e financeiros. Em vários estados o Conselho é eleito no início do ano letivo.

Sua composição tem certa proporcionalidade de participação dos docentes, dos especialistas em educação, dos funcionários, dos pais e alunos, observando-se, em princípio, a paridade dos integrantes da escola (50%) e usuários (50%). Em

alguns lugares o Conselho de Escola é chamado de “colegiado” e sua função básica é democratizar as relações de PODER (PARO, 1998; CIZESKI E ROMÃO, 1997) apud, LIBÂNEO 2001).

Cabe ao Conselho Escolar zelar pela manutenção da escola e participar da gestão administrativa, pedagógica e financeira, contribuindo com as ações dos dirigentes escolares a fim de assegurar a qualidade de ensino. Eles têm funções deliberativas, consultivas, fiscais e mobilizadoras, garantindo a gestão democrática nas escolas públicas.

Entre as atividades dos conselheiros estão, por exemplo, definir e fiscalizar a aplicação dos recursos destinados à escola e discutir o projeto pedagógico com a direção e os professores.

O Conselho Escolar avalia e fiscaliza o cumprimento do PPP, o acompanhamento das ações pedagógicas, administrativas e financeiras, garantindo o cumprimento das normas da escola, mobilizando os conselheiros para a efetivação de melhoria da qualidade social do processo educativo e da gestão democrática. Essas funções se interligam e se completam, não havendo predominância de uma sobre a outra. Paro (1995) constatou que:

Embora a participação de pais e alunos nas decisões do Conselho da Escola nem sempre se faça da forma intensa que muitos poderiam esperar o fato de ser aí o local onde se tomam ou se ratificam decisões de importância para o funcionamento da unidade escolar tem feito com que este órgão se torne a instância onde se explicitam e procuram resolver importantes contradições da vida escolar. (PARO, 1995, p.154)

Ressalta-se, assim, a importância dos diferentes tipos de educação (formal, informal e não formal) presente nos representantes do conselho da escola, reforçando seu papel no contexto das relações sociais que permeiam a escola e a comunidade, valorizando os diferentes saberes.

Veiga (2007) elenca quatro objetivos importantes relacionados ao desempenho do conselho: a) favorecer a aproximação dos centros de decisões dos atores; b) facilitar a comunicação e romper com as relações burocráticas, hierárquicas e formais; c) possibilitar a delegação de responsabilidade e o envolvimento dos diferentes segmentos; d) gerar empoderamento, isto é, descentralização, ou melhor, desconcentração de poder. (VEIGA, 2007, p. 121).

De acordo com o PROGESTÃO (Programa de Capacitação a Distância para Gestores Escolares, as atribuições mais comuns do Conselho Escolar são:

1. Propor, analisar e aprovar o projeto pedagógico da escola.
2. Propor e acompanhar as diretrizes, as prioridades e as ações a serem desenvolvidas pelos diversos segmentos da escola.
3. Acompanhar e avaliar as atividades desenvolvidas pelos diferentes setores da escola.
4. Acompanhar, avaliar e propor estratégias e mecanismos de avaliação da aprendizagem dos alunos.
5. Implementar ações visando ao acesso e à permanência dos alunos na escola com a garantia da qualidade.
6. Discutir e propor projetos e programas de formação continuada dos servidores da escola.
7. Receber, definir e fiscalizar a aplicação de recursos financeiros destinados à escola.
8. Estabelecer critérios para a distribuição da merenda escolar, de material didático e outros destinados à comunidade escolar.
9. Examinar, dar parecer e encaminhar, a quem direito, a prestação de contas apresentada pelos gestores da escola.
10. Sugerir e apoiar medidas de conservação do imóvel da escola, suas instalações, seu mobiliário e seus equipamentos.
11. Elaborar seu próprio regimento e submetê-lo à aprovação em assembleia geral da escola.

Um colegiado ou conselho escolar atuante expressa o desenvolvimento nas escolas de uma cultura democrática e participativa. Suas ações vão desde participar na elaboração e acompanhamento do projeto pedagógico da escola até cuidar da transparência dos aspectos administrativos, financeiros e educacionais. Desse modo, cumprem um papel fundamental, zelando por aspectos do cotidiano escolar.

2.4 Associação de Pais e Mestres (APM)

A participação em seu sentido pleno caracteriza-se por uma força de atuação consciente pelo qual os membros de uma unidade social reconhecem e assumem o seu poder de exercer influência na determinação da dinâmica dessa unidade, de sua cultura e de seus resultados, poder esse resultante de sua competência e de vontade de compreender, decidir e agir sobre as questões que lhe são afetas, dando-lhe unidade, vigor e direcionamento firme. É nesse sentido, portanto, que a participação assume uma dimensão política de construção de bases de poder pela autoria que constitui o autêntico sentido de autoridade, a qual por sua vez, é qualificada pela participação, tendo em vista que, pelas intervenções participativas

competentes no trabalho, aumenta a sua competência e capacidade de participação(LIBÂNEO, 2001).

Dentre os mecanismos que possibilitam a participação na gestão das Escolas Públicas, no País, a Associação de Pais e Mestres - APM tem sido historicamente, um deles. As escolas sempre destacaram a importância da atuação dos pais na administração da escola em que seus filhos estudam.

A Associação de Pais, Mestres e Funcionários organiza a integração dos segmentos da sociedade organizada no contexto escolar, discutindo a política educacional, visando sempre a melhoria do processo pedagógico e administrativo da comunidade escolar (MAIA; COSTA, 2011, p. 89).

A APM reúne os pais de alunos, o pessoal docente e técnico-administrativo e alunos maiores de 18 anos. Costuma funcionar mediante uma diretoria executiva e um conselho deliberativo (LIBÂNEO, 2001).

As associações de pais e mestres (APMs) têm por finalidade colaborar com a qualidade educacional almejada pelas comunidades escolar e local, com o encaminhamento de ações que integrem os anseios das famílias e com a função, os objetivos e as metas da escola. Compete às APMs estabelecer e dinamizar canais de participação da comunidade no planejamento, no processo de tomada de decisão, no desenvolvimento das atividades e nas ações da escola (PROGESTÃO, v 2. p. 89), sendo assim, é considerado um mecanismo de fortalecimento do processo democrático, considerado como entidade civil com personalidade jurídica própria, sem caráter lucrativo, formado pelos pais dos alunos regularmente matriculados na escola, tendo como objetivo o estabelecimento de vínculo entre escola e família como contribuição necessária para o processo educativo. A entidade deverá ser regida por estatuto ou regulamento próprio.

O regulamento para a Associação de Pais e Mestres foi criado através do Decreto n.º 12.983, de 15 de dezembro de 1978, alterado pelo Decreto n.º 48,408, de 06 de Janeiro de 2004, foi estabelecido o Estatuto Padrão das Associações de Pais e Mestres, e este é o instrumento que dispõe sobre as finalidades, atribuições e deveres para seu funcionamento como instituição.

O mandato da Diretoria da APM é de um ano, devendo o diretor da escola, ao final do mesmo, convocar a equipe escolar (vice-diretor, coordenador pedagógico, pessoal administrativo e professores), pais dos alunos e os alunos maiores de 18 (dezoito) anos, para a Assembleia Geral que será presidida pelo mesmo.

Compete à Assembleia Geral eleger o Conselho Deliberativo e o Conselho Fiscal.

Cabe ao Conselho Deliberativo eleger os membros da Diretoria Executiva e divulgar os nomes dos escolhidos a todos os associados.

A Associação de Pais e Mestres, por tratar-se de pessoa jurídica de direito privado deverá ser feita a requisição da inscrição do estatuto da APM e da ata de eleição de seus membros, junto ao Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

A APM tem por finalidade colaborar no aprimoramento do processo educacional, na assistência ao escolar e na integração família - escola - comunidade. Os objetivos da APM são de natureza social e educativa, sem caráter político, racial ou religioso e sem finalidades lucrativas.

A administração da APM está expressa em seu estatuto. É dirigida pelos seguintes órgãos: assembleia geral - constituída por todos os associados; conselho deliberativo - constituído de, no mínimo, 11 (onze) membros, sendo o diretor da escola o seu presidente nato e os demais componentes distribuídos na seguinte proporção: 30% dos membros serão professores, 40% dos membros serão pais de alunos, 20% dos membros serão alunos maiores de 18 (dezoito) anos, 10% dos membros serão sócios admitidos; diretoria executiva - constituída por: diretor executivo, vice diretor executivo, secretário, diretor financeiro, vice diretor financeiro, diretor cultural, diretor de esportes, diretor social, diretor de patrimônio. O diretor financeiro deverá ser obrigatoriamente, pai ou mãe de aluno.

2.5 Grêmios estudantil

O Grêmio Estudantil, por sua vez, segundo Grácio e Aguiar (2002, p. 81),

[...] é um espaço coletivo, social e político, de aprendizagem da cidadania, de construção de novas relações de poder dentro da escola, ultrapassando as questões administrativas e interferindo no processo pedagógico.

Para explicar este contexto, os “Subsídios para elaboração do Estatuto do Grêmio Estudantil” trazem excelente contribuição ao relatar que os Grêmios Estudantis compõem uma das mais duradouras tradições da nossa juventude. Pode-se afirmar que no Brasil, com o surgimento dos grandes Estabelecimentos de Ensino

secundário, nasceram também os Grêmios Estudantis, que cumpriram sempre um importante papel na formação e no desenvolvimento educacional, cultural e esportivo da nossa juventude, organizando debates, apresentações teatrais, festivais de música, torneios esportivos e outras festividades. As atividades dos Grêmios Estudantis representam para muitos jovens os primeiros passos na vida social, cultural e política. Assim, os Grêmios contribuem, decisivamente, para a formação e o enriquecimento educacional de grande parcela da nossa juventude.

O regime instaurado com o golpe militar de 1964 foi, entretanto, perverso com a juventude, promulgando leis que cercearam a livre organização dos estudantes e impediram as atividades dos Grêmios. Mas a juventude brasileira não aceitou passivamente essas imposições. Em muitas Escolas, contrariando as leis vigentes e correndo grandes riscos, mantiveram as atividades dos Grêmios livres, que acabaram por se tornar importantes núcleos democráticos de resistência à ditadura (PARANÁ: 2010 p.5).

Alguns mecanismos legais contribuíram para a ampliação dos Grêmios Estudantis, dentre eles destacam-se: o Poder Legislativo elaborou a Lei Federal n.º 7.398, de 04/11/85 que dispõe sobre a organização de entidades representativas dos estudantes da Educação Básica, com finalidades educacionais, culturais, cívicas, esportivas e sociais; o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069 de 13 de Julho de 1990, em seu artigo 53, inciso IV, garante o direito dos estudantes de se organizarem e participarem de entidades estudantis; a Lei 7.844 de 13 de Maio de 1992 regulamenta o direito à meia entrada para estudantes poderem participar de eventos culturais; conta-se ainda com a LDB 9394/96 de 20/12/96, que ao estabelecer as diretrizes e bases da educação nacional determina que a Direção da escola deve criar condições para que os alunos se organizem no Grêmio Estudantil. Além disto, esta Lei determina que alunos participem também do Conselho Escolar e do Conselho de Classe.

Neste sentido Veiga (1998, p.120) afirma que: “A organização estudantil é a instância onde se cultiva gradativamente o interesse do aluno, para além da sala de aula. A consciência dos direitos individuais vem acoplada à ideia de que estes se conquistam numa participação social e solidária. Numa escola onde a auto-organização dos alunos não seja uma prática, as oportunidades de êxito ficam minimizadas”.

O Grêmio Estudantil é o órgão máximo de representação dos estudantes dentro de cada estabelecimento de ensino. Todos os alunos matriculados e com frequência regular fazem parte do Grêmio Estudantil. A Diretoria do Grêmio é o órgão representante e responsável pela organização e coordenação das atividades do Grêmio, eleita periodicamente. A Diretoria fica submetida à apreciação de suas ações pelo Grêmio, ou seja, por todos os alunos matriculados na escola. O Grêmio é autônomo, isto não significa que seja independente! Muitas pessoas confundem autonomia com independência, elas não são sinônimas.

Em busca desta autonomia Veiga (1998, p.123) esclarece que:

É preciso que cada grêmio construa sua própria identidade. Uma característica que nos chama a atenção é o aspecto relacionado à importância do intercâmbio entre as diferentes organizações estudantis de várias escolas. Essa troca de conhecimento, experiências e sugestões favorece a participação do aluno na construção do projeto político-pedagógico da escola. É importante lembrar que o grêmio é o reflexo dos alunos, pois os representa e serve de elo de ligação com a direção e a equipe técnica da escola e a comunidade onde está inserida a instituição educativa.

Para que um Grêmio seja atuante dentro da escola é essencial que Direção e Equipe Pedagógica tenham bem claro a importância política e pedagógica desta instância colegiada. Existem vários indícios de que os alunos participando do planejamento das ações a serem desenvolvidas pela escola, dentro e fora dela, os resultados positivos são alcançados mais rápido. Neste sentido, Paro (2001, p. 98) afirma que:

Paralelamente à participação dos usuários enquanto direito, sobressai cada vez mais a importância de seu envolvimento com os assuntos da escola enquanto necessidade desta para o desempenho de suas funções. Enquanto relação dialógica, a educação escolar pressupõe a condição de sujeito do educando, o que já envolve sua participação ativa no processo.

O trabalho coletivo facilita a concretização das propostas. Isto se dá mais rápido e com maior facilidade, pois serão mais pessoas agindo na direção de um objetivo coletivo.

Como não defendemos as concepções inatistas, acreditamos que o ser humano ao longo de sua formação como sujeito sócio histórico precisa se apropriar de ferramentas que o levem ao exercício da participação, o que demanda aprendizagens efetivamente ligadas às funções educativo-formativas dos processos escolares. Desta forma, é fundamental que a escola oportunize situações onde os alunos vivenciem participação. Explicando o conceito de Participação Demo (1988, p.18) afirma que:

[...] é um processo, no sentido legítimo do termo: infindável, em constante vir-a-ser, sempre se fazendo”. [...] é em essência autopromoção. [...] Não existe participação suficiente, nem acabada. [...] não pode ser entendida como dádiva, como concessão, como algo já preexistente.

2.6 Projeto Político Pedagógico

As escolas e os sistemas de ensino precisam criar mecanismos para garantir a participação da comunidade escolar no processo de organização e gestão dessas instancias educativas.

A participação só será efetiva se os agentes que compõem a comunidade escolar conhecerem as leis que a regem, as políticas governamentais propostas para a educação, as concepções que norteiam essas políticas e principalmente, se estiverem engajados na defesa de uma escola democrática que tenha entre seus objetivos a construção de um projeto de transformação do sistema autoritário educacional.

Assim, entende-se que a democratização começa no interior da escola, por meio de criação de espaços nos quais professores, funcionários, alunos, pais de alunos possam discutir criticamente o cotidiano escolar. Nesse sentido, a função da escola é formar indivíduos críticos, criativos e participativos.

A escola, no cumprimento do seu papel e na efetivação da gestão democrática, necessita favorecer espaços de discussões que possibilitem a construção do projeto educativo por todos os segmentos da comunidade escolar, bem como, consolidá-los como espaços que favoreçam a participação de todos. É

neste momento que se introduz a construção participativa do Projeto Político Pedagógico, assunto que será tratado a partir de agora.

Etimologicamente, a palavra projeto vem do latim, participio passado de *projicere*, que significa lançar para a frente. Projeto pode ser entendido, ainda como intento, desígnio, empreendimento. Com base nessas ideias, o projeto pedagógico é concebido como o instrumento teórico-metodológico que a escola elabora, de forma participativa, com a finalidade de apontar a direção e o caminho que vai percorrer para realizar, da melhor maneira possível, sua função educativa (PROGESTÃO, V III, 31).

O projeto da escola não começa de uma só vez, não nasce pronto. É, muitas vezes, o ponto de chegada de um processo que se inicia com um pequeno grupo de professores com algumas propostas bem simples e que se amplia, ganhando corpo e consistência. Nesse trajeto, ao explicitar propósitos e situar obstáculos, os educadores vão estabelecendo relações, apontando metas e objetivos comuns, vislumbrando pistas para melhorar a sua atuação. (SETÚBAL, 1994)

Pesquisando o conceito de Projeto Político-Pedagógico, encontramos em Vasconcelos (2004, p.169) a seguinte explicação:

O termo projeto indica plano, intento; vem de projetar que significa lançar-se, precipitar-se. Neste sentido, o projeto é redação preliminar das intenções da escola. Conforme Libâneo, Oliveira e Toschi (2003, p. 345-346), 'é um documento que reflete as intenções, os objetivos, as aspirações e os ideais da equipe escolar, tendo em vista um processo de escolarização que atenda a todos os alunos'.

Vejamos também o que pensa Gadotti sobre projeto:

Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função de promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores [...] (GADOTTI, 1994, p. 579).

O termo político relaciona-se ao sentido de exercer a política de cuidar do que é público, ter habilidade no trato das relações humanas, bem governar. Politizar na

escola é inculcar nos seus alunos e demais membros que a constitui a consciência dos direitos e deveres dos cidadãos. A ação política promove a concentração de pessoas ao redor de ideais, é essencialmente democrática.

Segundo Aristóteles, “o homem é um ser político”, portanto, todas as suas ações se dão de forma intencional e nas relações sociais. A educação sendo uma construção humana e ocorrendo nas relações sociais de forma intencional, passa a ser um ato político. A educação engendra desde sua gênese uma contradição histórica em sua práxis, com interesses antagônicos construídos e desenvolvidos nas relações sociais do meio onde a escola está inserida. A administração escolar, nela incluída o ato de planejar as ações educacionais, pode ser feita de forma centralizada e autoritária, como participativa e democrática, includente ou excludente. Quando a mesma assume a forma participativa e includente, permite uma maior eficiência social e educacional. Para tanto, necessitamos de um instrumento de planejamento que permita a participação de todos os atores de forma democrática, para isso surge o Projeto Político-Pedagógico, que quando elaborado e executado de forma participativa, tem se mostrado um importante instrumento de inclusão social e de gestão democrática da escola pública. (DIAS, 2003, p.1).

Vejamos como a LDB delega aos sujeitos que fazem escola a tarefa de elaboração do projeto pedagógico.

Art. 12. os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

I – elaborar e executar sua proposta pedagógica.

(...)

VII – informar os pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica.

Art. 13. os docentes incumbir-se-ão de:

I – participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino.

(...)

II – elaborar e cumprir o plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino.

Art. 14. os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

A LDB utiliza nos artigos 12 e 13 a expressão proposta pedagógica e, no artigo 14, projeto pedagógico. Embora muitos educadores interpretem essas

expressões de forma diferente, nós as consideramos como equivalentes, considerando que, para nós o PPP é o instrumento que a escola elabora, objetivamente, visando organizar o seu trabalho de modo a contemplar os aspectos político-administrativo e, principalmente pedagógicos.

Quando a escola é capaz de construir, implementar* e avaliar o seu projeto pedagógico, ela propicia uma educação de qualidade e exerce sua autonomia pedagógica. Ao exercer essa autonomia, a escola, consciente de sua missão, implementa um processo compartilhado de planejamento e responde por suas ações e seus resultados (PROGESTÃO, v. III, p.18).

Essa autonomia construída objetiva ampliar os espaços de decisão e participação da comunidade atendida pela escola, criando e desenvolvendo instâncias coletivas – como os conselhos escolares ou equivalentes – previstas no art. 14 da LDB.

É verdade que a autonomia assegurada pela LDB também é resultado de um processo de construção social, uma vez que essa lei é produto da discussão de muitos educadores e de outros segmentos da sociedade. Mas a autonomia da escola é efetivamente construída, na medida em que resulta da ação dos sujeitos locais e não da determinação legal. É claro que quando a autonomia da escola aumenta, também cresce o seu nível de responsabilidade em relação à comunidade na qual ela está inserida. Trata-se de uma relação diretamente proporcional: mais autonomia, mais responsabilidades.

É nesse sentido que podemos dizer que a autonomia na escola ocorre à medida que existe também a capacidade de a instituição assumir responsabilidades, tornando-se mais competente no seu fazer pedagógico. Em outras palavras, a escola é mais autônoma quando se mostra capaz "(...) de responder por suas ações, de prestar contas de seus atos, de realizar seus compromissos e de estar comprometida com eles, de modo a enfrentar reveses e dificuldades" (LÜCK, 2000, p.11).

A construção do projeto pedagógico é um processo compreendido por três momentos interligados: diagnóstico da realidade da escola, levantamento das concepções do coletivo da escola e programação das ações a serem desenvolvidas por todos os sujeitos da escola. Todos esses momentos passam por um processo de avaliação que permite ao grupo caminhar do real para o ideal, desenvolvendo

ações viáveis, possíveis de serem implementadas. Portanto, ações que requerem planejamento e avaliação desde o diagnóstico até a execução das ações.

No processo contínuo de elaboração do projeto pedagógico, a escola necessita de um planejamento que considere a organização do trabalho escolar, e sua prática pedagógica, de modo a desenvolver planos de ação que possibilitem, de fato, a melhoria da qualidade do ensino e os resultados da aprendizagem dos alunos (PROGESTÃO, VOL 3, p. 123).

Diante do exposto o que se pode concluir é que o Projeto Pedagógico representa o funcionamento da escola e deve ser assumido como uma conquista do coletivo da escola, como um instrumento de luta e de organização. Portanto, a construção do mesmo depende do papel ativo dos diversos atores envolvidos no contexto escolar, entre eles a família.

Ao discorrer sobre os mecanismos de participação democrática na gestão escolar, fica claro que eles existem e são totalmente amparados por legislação vigente, portanto não dá para criar subterfúgios a esta realidade. Os pais precisam saber que, assim como é legalmente necessária a sua participação nestes mecanismos, também é importante a opinião e participação ativa nos processos de gestão escolar. Quando gestores escolares e pais ou responsáveis trabalham de mãos dadas os resultados são visualizados mais fácil e rapidamente. Neste sentido, todos fazem parte do processo e o maior beneficiado com este trabalho conjunto é o aluno que receberá uma escola de qualidade que é o que todos nos buscamos para nosso país

CAPITULO III

ANÁLISE DE DADOS: IDENTIFICANDO A REALIDADE

3.1 Realidade da Escola estudada

O objeto de estudo desta pesquisa relacionada à gestão escolar é a Escola Estadual de Ensino Médio Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco que está localizada na zona oeste da cidade de Santa Maria, Bairro Boi Morto.

Este estabelecimento de ensino encontra-se próximo aos quartéis e comporta atualmente em média 800 alunos entre os turnos da manhã, tarde e noite, nas modalidades de Ensino Fundamental (8 e 9 Anos), Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos (E.J.A.) dos anos finais do Ensino Fundamental .

Seu corpo docente é formado em média por 40 professores e 10 funcionários.

Destes profissionais, os regentes de classe são em número de 30 e apenas um possui formação no curso Magistério-Normal. Os demais possuem graduação, especialização e mestrado. A maioria ainda estuda e nessa busca pela formação continuada, percebe-se claramente que uns incentivam os outros a cursarem novas especializações e cursos de aperfeiçoamento. Nesse sentido o ganho é de todos e para todos os envolvidos na trajetória e caminhada dessa escola.

A escola está numa caminhada ascendente na busca da melhoria da aprendizagem de seus alunos, a qual é evidenciada através dos resultados das avaliações externas dos últimos anos. Apesar da média do IDEB ainda não ser a almejada pela instituição, em 2011 alcançou na avaliação externa a 4ª colocação entre as melhores escolas da rede estadual de ensino de Santa Maria.

Segundo a Diretora do referido educandário, Ana Lucia Santos, a realidade não era essa há alguns anos. Com dados que apontavam baixo IDEB nos anos finais do Ensino Fundamental, no ano de 2008 a Escola foi convidada a participar do PDE – Escola (O Plano de Desenvolvimento da Escola – PDE Escola) um programa de políticas públicas com a finalidade de auxiliar a escola a reconhecer suas falhas e enfrentá-las com ações pertinentes e eficazes para o alcance de melhoria da qualidade de ensino nela em desenvolvimento. Foi um momento onde a comunidade escolar analisou a sua realidade, diagnosticou suas falhas e planejou

ações para sanar suas deficiências. Fato este que foi muito positivo, pois desde então a escola vem crescendo em seus índices de aprendizagem.

Outro fato destacado pela diretora é a organização dos eventos escolares integradores, pois a escola trabalha com cronograma de atividades e ações administrativas e pedagógicas, as quais são previstas como atividades integradoras entre a comunidade escolar dentro do PPP e que são definidas no início de cada ano letivo, sendo que as datas dos eventos ficam inseridas no calendário escolar.

Para cada atividade/ação ou evento a ser desenvolvido é montada por afinidade com o tema ou com a predisposição e boa vontade dos envolvidos, uma equipe formada por dois professores, um funcionário e alguns alunos que tornam-se responsáveis pelo planejamento, organização e execução da mesma. Os integrantes da referida equipe são membros de todos os segmentos escolares: CPM, Conselho Escolar e Grêmio Estudantil. Estes contatam com pais, comércio local, palestrantes e o que mais for preciso, a fim de que a atividade aconteça com sucesso.

A coordenação pedagógica e equipe diretiva ficam com a função de assessoramento e auxílio a essa equipe responsável pelo evento que se responsabiliza por tudo desde a limpeza até a contratação de palestrantes e/ou profissionais, aquisição de brindes, ou seja, o que for necessário para o que planejou realizar.

Os eventos em questão tem por principal finalidade a integração entre a comunidade escolar, tanto interna como externa, bem como com a comunidade local, já que a Escola é vista como um ícone muito positivo entre os moradores do bairro onde está inserida.

Outro objetivo tão importante quanto o primeiro, é o de cunho pedagógico e social, pois estas atividades são relacionadas à aprendizagem, valorização pessoal, crescimento da autoestima da comunidade escolar e consciência cidadã.

Vale dizer que os temas relacionados aos eventos são trabalhados em sala de aula com os alunos, dentro das disciplinas, havendo assim a relação entre as atividades que ocorrem no âmbito escolar. Tudo ocorre de maneira sincronizada de modo a não ser algo disperso do ambiente escolar.

Segundo as palavras da diretora, as ações realizadas pela escola foram e ainda são muitas no sentido de promover aproximação da escola com a comunidade escolar e local. Portanto a forma encontrada para estabelecer laços com a sua comunidade e que são anualmente realizados, são: eventos, gincanas escolares,

comemorações, jogos, homenagens, reelaboração anual do Projeto Político Pedagógico, confraternizações, fichas de acompanhamento da família com relação às atividades semanais realizadas pelos alunos dos anos iniciais, Hora da Leitura e do Conto ministradas por alguns alunos da própria escola para os colegas dos anos Iniciais.

A comunidade externa atua, neste caso, incentivando os filhos e dando o apoio necessário para que os mesmos participem das atividades. Muitos membros desta comunidade ainda auxiliam na preparação prática dos eventos, como por exemplo, nas apresentações dos alunos, isto é nas atividades artísticas, organização do ambiente, limpeza, etc.

Entre os eventos cito os que apresentam maior expressividade, sendo eles: o jantar de aniversário da escola, que reúne pais alunos e professores em uma grande confraternização em homenagem e valorização da escola; a gincana junina, que um momento muito esperado principalmente pelos alunos, a qual tem duração de três semanas com intensa atividade e culmina em uma grande festa aberta a toda comunidade, a semana farroupilha, onde as tradições gaúchas são referenciadas através de mateada e escolha de peões e prendas, bem como com um jantar; a festa da primavera e a festa de encerramento do ano letivo que ocorre com apresentações realizadas pelos alunos das séries iniciais.

Vale salientar que os eventos são de cunho pedagógico e o único que arrecada fundo é o da festa junina, fundos estes que são revertidos aos próprios alunos, já que as premiações são uma viagem para os primeiros colocados, um passeio em um local dentro do próprio município para o segundo lugar e uma festa para a equipe em terceira colocação.

A avaliação das atividades realizadas se dá por meio de reuniões dos representantes dos segmentos envolvidos e ocorre através da análise crítica dos pontos positivos e negativos e do planejamento de ações que podem e devem ser modificadas para as atividades futuras.

Em agosto de 2010, foi implantado na Escola o Programa Mais Educação, programa este criado pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e regulamentado pelo Decreto 7.083/10, o qual constitui uma estratégia do Ministério da Educação para indução da construção da agenda de educação integral nas redes estaduais e municipais de ensino que amplia a jornada escolar nas escolas públicas de 4 para, no mínimo 7 horas diárias, por meio de atividades optativas nos macro campos:

acompanhamento pedagógico; educação ambiental; esporte e lazer; direitos humanos em educação; cultura e artes; cultura digital; promoção da saúde; comunicação e uso de mídias; investigação no campo das ciências da natureza e educação econômica (MEC, 2012).

Atualmente, o Programa Mais educação ocorre na referida Escola e desenvolve oficinas em turno inverso apenas para 150 alunos dos 800 da escola. São 5 turmas de 30 alunos que participam das atividades de Judô, Informática, Canto Coral, Letramento, Matemática, dança teatro, percussão e jornal escolar.

A Escola também é participante do Programa Segundo Tempo, sendo que as oficinas de voleibol, futebol, handebol, basquetebol e atletismo são realizados com material recebido do MEC-FNDE- Ministério dos esportes. As oficinas de aprendizagem são orientadas pelos estagiários do Curso de Graduação de Educação Física e também com alunos da escola que jogam em times profissionais cidade.

Para essa ação a escola mantém parceria com o exército brasileiro no que diz respeito à cedência de espaço físico adequado aos esportes, pois o espaço físico da escola é reduzido.

Também no início deste ano de 2012, a escola firmou uma parceria com a Universidade Federal de Santa Maria e oportunizando a sua comunidade escolar e local o PELC – Programa Esporte e Lazer da Cidade, que é uma proposta de política pública e social de responsabilidade do Ministério do Esporte com o objetivo de atender as necessidades de esporte recreativo e de lazer da população. Além de proporcionar a prática de atividades físicas, tais como: jogo, dança e brincadeiras, atividades essas que beneficiam todas as faixas etárias, privilegiando a integração entre a comunidade e a universidade. As atividades desse programa são desenvolvidas na escola nos contra turnos e aos sábados e contam com a participação de alunos e demais pessoas da comunidade distribuídas em cinco turmas.

Ainda relacionado ao esporte, outra ação desenvolvida na escola, por um professor voluntário, há 15 anos, é um grupo de Judô, atualmente considerado pela Liga Rio-Grandense de judô como Academia de Judô, devido à alta performance dos alunos nas competições estaduais e federais que a escola participa nessa modalidade esportiva. Com a implantação do Programa Mais Educação, este profissional que antes era voluntário, passou a ser monitor da oficina de judô.

As atividades de treinamento ocorrem atualmente no horário das oficinas pedagógicas e para os alunos que não fazem parte do Programa Mais educação, os treinamentos ocorrem em horários alternativos ao da sala de aula.

Quanto aos recursos físicos, o prédio da escola é de alvenaria e possui 11 (onze) salas de aula, uma biblioteca, laboratório de Informática, Laboratório de Ciências, sala de vídeo, cozinha, refeitório, sala de direção, vice direção, coordenação pedagógica, sala do Serviço de Orientação Educacional, sala de Recursos didáticos, almoxarifado, despensa e sala de professores.

A comunidade escolar é composta em sua maioria por alunos oriundos de famílias de operários, militares, comerciários e diaristas. As famílias da maioria do alunado apresentam boas condições sócio econômicas e de formação religiosa (a maioria das famílias são evangélicas) e não há casos de indivíduos vivendo em situação de pobreza ou miséria absoluta.

Apesar desta realidade, a escola também esta inserida no Programa Bolsa Família (PBF) que é um programa do Governo Federal de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país. O Programa Bolsa Família integra o Plano Brasil Sem Miséria (BSM), que tem como foco de atuação os 16 milhões de brasileiros com renda familiar per capita inferior a R\$ 70 mensais e está baseada na garantia de renda, inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos. Atualmente a Escola conta com 150 alunos inseridos no referido programa do governo Federal.

Diante do exposto nota-se que a referida Escola procura estar inserida nos mais diversos projetos que visam à melhoria da qualidade educacional e desenvolvimento da cidadania de seus alunos.

Diante das observações realizadas neste estudo de caso, é visível o comprometimento dos gestores escolares com uma educação de qualidade e com a gestão democrática baseada na legislação vigente.

3.2 A participação dos pais na gestão escolar

A educação contemporânea, sustentada em preceitos de participação e democracia, se revela um assunto de grande importância, tendo em vista que a

gestão democrática deve implicar na participação da comunidade escolar interna e externa de maneira efetiva e profícua.

De acordo com Paro (2003, p. 18):

[...] a democracia só se efetiva por atos e relações que se dão no nível da 'realidade concreta', não adianta tratarmos da democracia somente na teoria, pois esta 'se faz na prática' a partir do momento em que utilizamos os mecanismos democráticos, a participação e o diálogo entre os membros que fazem parte, no nosso caso, do ambiente escolar.

Diante disso, cabe à escola promover meios que de fato favoreçam essa prática democrática de participação responsável e de diálogo dos sujeitos no ambiente escolar, pois na concepção de Souza (2009, p. 125) para que haja uma democracia participativa é importante considerar que o diálogo entre esses sujeitos é pré-condição para a sua operação, assim se terá uma ação política talvez mais democrática.

A expressão gestão democrática começou a ser inserida no setor educacional a partir da Constituição Brasileira de 1988, que traz pela primeira vez o princípio da gestão democrática, como forma de lei para as escolas públicas, fato inédito em uma Constituição. Posteriormente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/96 (LDBEN) contempla este princípio em suas determinações. Assim, a gestão democrática do ensino público da educação básica deve obedecer aos princípios da participação dos profissionais da educação, da comunidade escolar na elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) e dos conselhos escolares.

Há várias formas de participação. A participação pode ser submissa, colaborativa e coautora. Na participação submissa, os diferentes atores podem participar de reuniões apenas para ouvir queixas dos professores sobre seus filhos ou solicitação de ajuda para ensiná-los. Esta forma passiva, submissa e subserviente, não oferece condições para uma prática democrática necessária para a educação emancipadora. Pelo contrário, ela obstaculiza, e impede a participação necessária. Na participação colaborativa, os atores falam, dão sugestões e apontam alternativas e possibilidades para melhorar a prática pedagógica, mas não participam da tomada de decisão, nem acompanham o processo, nem participam da avaliação do resultado. “A participação coautora

implica o envolvimento, que além da presença atenta e consciente e além das opiniões e sugestões, exige tomada de decisão, acompanhamento da execução e avaliação dos resultados” (WITTMANN, 2004, p. 45). A gestão participativa propicia ao profissional gestor debater com seu grupo de colaboradores internos, bem como os alunos e seus familiares, todas as atividades e intervenções que serão aplicadas na escola, de forma a satisfazer os interesses sociais. As decisões são tomadas pela participação e de acordo com as premências internas e externas.

Como Lück (2006), acredita-se que o conceito de gestão parte do pressuposto de que o êxito de uma organização social depende da mobilização da ação construtiva conjunta de seus componentes pelo trabalho associado, mediante reciprocidade que cria um "todo" orientado por uma vontade coletiva.

Entende-se que o trabalho educacional, por sua natureza, demanda um esforço compartilhada, realizada a partir da participação coletiva e integrada dos membros de todos os segmentos das unidades de trabalho envolvida. Portanto, a sua gestão pressupõe a atuação participativa, cuja adjetivação consiste em pleonasma de reforço a essa importante dimensão da gestão escolar. Tal gestão consiste no envolvimento de todos os que fazem parte direta ou indiretamente do processo educacional o estabelecimento de objetivos, na solução de problemas, na tomada de decisões, na proposição de planos de ação, em sua implementação, monitoramento e avaliação, visando os melhores resultados do processo educacional. (LÜCK, FREITAS, GIRLING& KEITH, 2005).

Com o intuito de identificar estratégias realizadas pela gestão escolar democrática que possibilitem maior integração com a comunidade escolar interna e externa na busca da participação cidadã, é que foi realizada esta pesquisa que se configura em um estudo de caso que demonstra um método da abordagem de investigação que consiste na utilização de um ou mais métodos qualitativos de recolhimento de informação.

Neste caso, o conjunto de dados quantitativo e qualitativo não se opõe. Ao contrário, se complementam, pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia, o que se ressalta é que a forma de analisá-los será através do método qualitativo, como preconiza ANDRÉ (1998, p.24):

Posso fazer uma pesquisa que utiliza basicamente dados quantitativos, mas na análise que faço desses dados estarão sempre presentes o meu quadro de referência, os meus valores, portanto, a dimensão qualitativa. (p.24).

Através desta abordagem tornou-se possível o levantamento de dados acerca da problemática e objetivos desta pesquisa, a qual se encarrega de esclarecer como ocorre a participação dos pais na gestão escolar e o acompanhamento da aprendizagem de seus filhos, bem como, entender como ocorre a escuta dos mesmos pelos gestores escolares e a visão que os pais têm da escola.

A coleta de dados se deu através de entrevista, que segundo o que Minayo (1994) afirma, é o procedimento mais usual no trabalho. Através dela, o pesquisador busca obter informes contidos na filados atores sociais. Ela não significa uma conversa de forma despreziosa e neutra, uma vez que se encerre como meio de coleta dos fatos relatados pelos autores, enquanto sujeitos-objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que esta sendo focalizada. Suas formas de realização pode ser natureza individual e/ou coletiva.

A coleta de dados ocorreu no ambiente escolar, onde dez professores de diferentes áreas do conhecimento receberam um questionário com questões abertas e referentes ao tema da pesquisa. Dentre eles, professores de anos iniciais e Professores das áreas de Ciências Naturais e Exatas, Ciências Humanas e Ciências da Comunicação e pais de alunos do Ensino Fundamental, desta instituição.

Como ferramenta de apoio a esta pesquisa, utilizou-se também anotações originadas de pesquisa sócio - antropológica realizada no início do ano letivo de 2012, na qual os professores visitaram todas as famílias dos seus alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental e dessa forma, oportunizaram aos pais emitirem suas opiniões sobre a importância da escola para a comunidade e como entendem e visualizam o trabalho pedagógico que é realizado na instituição.

Desta forma houve um estreitamento de laços de amizade entre o professor, a família e o aluno, pois as famílias puderam sentir que fazem parte da caminhada escolar dos filhos e, portanto, responsáveis pela sua permanência e sucesso na escola. Essa pesquisa sócio antropológica, a princípio seria feita somente com os as famílias dos alunos dos três primeiros anos do Ensino Fundamental, porém a escola, levando em consideração a importância do referido trabalho, decidiu, juntamente com os professores dos anos iniciais, ampliá-la de modo a contemplar alunos de todo o currículo por atividade, ou seja, de 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, totalizando 280 famílias visitadas. Os objetivos desta pesquisa foram: conhecer a realidade dos alunos em relação as suas condições de vida, moradia, ambiente familiar, religiosidade e também coletar dados sobre as expectativas das

famílias com relação ao desenvolvimento do filho, e atividades da escola, sobretudo sobre o trabalho pedagógico desenvolvido nesta instituição.

Os professores que realizaram essa atividade a consideraram de extrema relevância para a organização das atividades para o ano letivo e para o aprimoramento do Projeto político pedagógico da escola, como diz a professora A:

Esta atividade foi muito gratificante, tanto para pais como para nós professores. Ficou evidente o fortalecimento de vínculos entre família e escola.

Retomando a pesquisa realizada para a escrita desse trabalho monográfico, as pessoas entrevistadas, professores e pais, ao responderem questões relativas à participação dos pais no cotidiano da escola e ainda como a escola conduz esta participação através da escuta sensível a este segmento da comunidade escolar, concordam que a escola em questão consegue manter um ambiente favorável ao diálogo no qual todos se sentem acolhidos. Destaco a fala de um pai que menciona “sinto-me acolhido e à vontade porque na escola conheço a maioria dos professores e existem pessoas amigas”. Por essa fala percebe-se que a escola vem trabalhando para a promoção de um ambiente de trabalho e aprendizagem de harmonia e descontração e que aproxime as pessoas.

Ainda nessa linha de pensamento os professores são unânimes em afirmar que a comunicação entre a comunidade escolar interna e externa é uma prática frequente e habitual.

A escola através de seus agentes educacionais está sempre aberta a escutar as reivindicações e resolver os problemas dos alunos, repensar suas práticas e avaliar seu desempenho. Segundo os professores, o fato da escola ser de porte médio facilita este entrosamento, já que ocorre desta forma um estreito relacionamento com os pais, que se sentem valorizados no momento que são bem recebidos e ouvidos no ambiente escolar.

Para demonstrar essa proximidade das famílias com o ambiente escolar, utilizamos a fala da professora B:

Aqui as pessoas são próximas, a gente conhece cada aluno pelo nome, conhece o pai, a mãe e a sua história de vida... os pais vêm sempre esclarecer dúvidas e solicitar apoio para a educação dos filhos, ligam, mandam bilhetes, são de casa

No entanto percebe-se que o que faz alguns pais entrarem em contato com a escola com mais frequência é acima de tudo os fatores relacionados ao aprendizado do seu filho, pois se importam com as notas e com o seu comportamento na escola. Segundo os educadores, a maioria das famílias ainda espera ser chamada pela escola, para então fazer-se presente na intenção de ajudar resolver os problemas. Ainda precisam entender que sua participação pode e deve ser maior como ajudar na tomada de decisões e planejamento das ações da escola em conjunto com a equipe gestora. Esse é um caminho ainda em trajetória e se tem muito que andar.

Diante disso é necessário que os educadores tenham ciência da importância do apoio da família no desempenho escolar dos seus alunos e a ela recorra sempre, solicite ajuda, exija presença e acompanhamento. Pai que acompanha a lição de casa. Mãe que não falta a nenhuma reunião. Pais cooperativos e atentos no desempenho escolar dos filhos na medida certa. Esse é o desejo de qualquer professor e sinônimo de desenvolvimento do aluno, porém é de sua responsabilidade oportunizar esses acontecimentos.

Percebe-se que existe ainda um distanciamento entre pais e escola, fruto da trajetória histórica da educação no Brasil. Este distanciamento fica mais evidente quando o aluno passa a frequentar as séries Finais do Ensino Fundamental, dando a entender que a família afasta-se da escola por considerar que o aluno pode se responsabilizar por seus atos, assumir responsabilidades sozinho e não mais precisa da presença e auxílio da família.

É que nessa fase que a escola precisa atentar para a necessidade de manter os pais vinculados à escola e a vida escolar dos seus filhos, haja vista que são adolescentes e, portanto suscetíveis a desencantos com o estudo, diante dos inúmeros apelos da vida moderna e das tecnologias.

Neste intuito a instituição pesquisada utiliza-se de inúmeras ações que visam aproximar as famílias da escola. Ações essas, reconhecidas e citadas tanto por pais quanto por professores como aliadas da gestão escolar. Como traduz a fala do pai A, quando diz que “...a escola promove comemorações, festas, jantares, gincanas, dia das mães, dia dos pais, aniversário da escola, mostra de trabalhos dos alunos, semana farroupilha e reuniões e passeios”

Na comunidade escolar, a escola é considerada proativa quanto à promoção de eventos que buscam estreitar as relações entre comunidade externa e interna. Dentre os eventos, a comunidade considera mais significativos: comemorações

como a celebração de Páscoa, o dia das mães, dia dos pais, gincana junina, festa junina, festa da primavera, mostra pedagógica, aniversário da escola, semana farroupilha. É neste sentido que, a professora C salienta importância dos eventos escolares quando diz :

A escola busca envolver os pais no cotidiano escolar mantendo o contato direto com os mesmos, sempre salientando que a parceria entre família e escola é a chave do sucesso do aluno.

Percebe-se com clareza que há um compromisso da gestão escolar com a participação da comunidade escolar nestes eventos, pois todos são estimulados a se envolverem de maneira responsável e solidária, incentivando a colaboração dos professores, pais e alunos quanto ao auxílio na elaboração das atividades através do planejamento e organização das mesmas na tomada de decisões e na execução das tarefas necessárias ao desenvolvimento dos eventos, divulgação e registro fotográfico. Após o acontecimento é realizada avaliação dos mesmos e definido os ajustes necessários para os próximos eventos.

A Escola procura de maneira efetiva envolver os pais nas decisões relativas à melhoria da qualidade escolar e assim, enfatiza que a participação dos mesmos faz muita diferença no desempenho do aluno. Reconhece que a participação é o principal meio de assegurar a gestão democrática, possibilitando o envolvimento de todos os integrantes da escola no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar. Como reforça Libâneo (2005, p.328).

A participação proporciona melhor conhecimento dos objetivos e das metas da escola, de sua estrutura organizacional e de sua dinâmica, de suas relações com a comunidade e propicia um clima de trabalho favorável a maior aproximação entre professores, alunos e pais.

Essa participação dos pais na vida da escola tem sido observada como um dos indicadores mais significativos na determinação da qualidade do ensino. Como enfatiza Paro (2000, p.37):

[...] a escola deve utilizar todas as oportunidades de contato com os pais, para passar informações relevantes sobre seus objetivos, recursos, problemas e também sobre as questões pedagógicas. Só assim, a família irá se sentir comprometida com melhoria da qualidade escolar.

Seguindo o pensamento de que a participação se faz muito importante no que diz respeito às relações internas e externas da comunidade escolar, buscou-se saber a opinião dos pais quanto a sua própria participação na vida escolar dos

alunos e na preocupação em buscar a melhoria do ambiente escolar. Nos fala uma mãe que diz:

Aqui em casa a gente sempre participa, adoramos as festas da escola.....aqui no Bairro só tem a escola, não tem campo de futebol nem pracinha, nem clube, então a gente participa da escola, ajuda a organizar as festas, colabora...

Outro pai fala que “ é um prazer acompanhar a professora e o grupo de dança nas apresentações, a gente sai, vê gente nova, faz amizades, conversa”

A escola é assim, uma referência na comunidade o que fica claro nas falas dos entrevistados, pois a escola é um centro de lazer e socialização na comunidade onde está inserida. Esse fator favorece a participação das pessoas e estimula o cuidado com o prédio escolar existente, que sempre está bem pintado, limpo e em boas condições de conservação.

No momento que os pais interagem com a escola como co-educadores, sabendo que devem participar nas atividades formais e informais, de gestão cotidiana da escola, independentemente do direito que lhes assiste, de acompanhar a escolarização dos seus filhos e exercer o controle democrático sobre o funcionamento da escola.

Lück (2006) ressalta que os pais quando aceitos, compreendidos e estimulados, participam da vida escolar e muito podem contribuir para a melhoria da qualidade do ensino.

Neste sentido, durante a pesquisa, nota-se que os pais reconhecem que a equipe escolar busca incentivá-los de variadas formas e permanentemente, à participação responsável. Tal estímulo se dá através da solicitação de presença dos mesmos em reuniões, conversas informais, acompanhamento dos filhos em apresentações na cidade e demais eventos realizados pela escola. Dessa forma ressalta a importância da presença efetiva dos mesmos para o sucesso escolar dos filhos.

Os pais entendem que são representados nas reuniões do colegiado, tanto no Conselho Escolar, quanto na Associação de Pais e Mestres por seus representantes do segmento pais, no entanto não se envolvem diretamente com os colegiados. Fato este que demonstra certa alienação em alguns casos, no que diz respeito a sua necessidade de participação na gestão escolar.

Cabe aos gestores escolares pensar formas de superar as dificuldades encontradas no cotidiano da escola no que tange a essa participação efetiva dos pais na gestão democrática de modo que cada um possa contribuir para a aplicação de novas formas de agir dentro desse espaço, Paro (2000, p.20) diz que:

É de responsabilidade da escola, quer dizer daqueles que hoje estão coordenando a vida escolar, criar amplas possibilidades de participação da comunidade em seu cotidiano. Abrir portas insistentemente às famílias e aprimorando a relação com elas, respeitando-as e ouvindo-as com a intenção de estruturar uma convivência que sustentará os principais projetos e aspirações da escola.

Assim, fica claro que é possível desenvolver nas escolas uma cultura de participação que abranja os pais, que os mesmos se sintam acolhidos e valorizados, e acima de tudo se percebam como parte do processo de gestão escolar numa caminhada rumo a sua democratização.

Deve-se, então, cada vez mais abrir espaços e criar condições para que os pais possam exercer efetivamente esse papel de extrema relevância para o funcionamento da escola e da vida escolar dos filhos seja através dos mecanismos de participação democrática ou pela escuta sensível aos anseios dos mesmos por parte dos gestores escolares, tornando, desta forma, a escola uma só comunidade educativa, unida pelos laços democráticos da participação popular.

CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

Ao concretizar este trabalho de estudo de caso, o qual se embasou no objetivo central de pesquisar as estratégias utilizadas pela escola investigada, com a finalidade de promover a escuta dos membros da comunidade e suas opiniões sobre a escola e ainda detectar, o que pode ser modificado para a melhoria na qualidade e bom funcionamento da mesma, foi possível constatar que a referida instituição, através de seus gestores, equipe diretiva e coordenadores pedagógicos promovem abertura para que os pais se sintam acolhidos dentro da mesma, fazendo parte da vida escolar dos seus filhos e do enriquecimento da qualidade da educação oferecida.

Primeiramente, é preciso atentar ao fato de que a gestão democrática do ensino é um ideal de educação baseada em princípios que contemplam os interesses comunitários, ao garantir descentralização, autonomia na tomada de decisões, ampla participação e efetiva formação e informação aos participantes para que programem as mudanças na formação dos alunos. Seus processos visam organizar a escola para a tomada de decisões e funcionamento de forma participativa, procurando colocar em prática as decisões sobre os objetivos e utilização dos recursos.

Promover a participação dos pais e a democratização da gestão escolar no Brasil é uma ideia que vem desde a década de 1930, como afirma o Manifesto dos Pioneiros da Educação de 1932, o qual enfatizava autonomia administrativa da escola em seus aspectos técnicos, administrativos e econômicos.

O contexto da abertura política nacional dos anos 80 deu espaço para que a educação fosse pensada a partir da realidade escolar. Desde a década de 1980, são registradas ações em prol de uma gestão participativa. Iniciativas similares são cada vez mais frequentes e assumem formas inovadoras (SANTOS FILHO, 1998).

As novas políticas públicas, tendo como a base Constituição Brasileira de 1988 e Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, contemplam a descentralização administrativa e a gestão escolar participativa de cunho democrático, com o foco na realidade da escola e de suas comunidades.

A legislação acima citada contempla a formação de colegiados e agremiações na intenção de proporcionar maior participação e envolvimento de mais pessoas na

gestão escolar, na tentativa de agregar co-responsáveis ao processo de gestão da escola, devendo as tomadas de decisões serem conjuntas.

No entanto, não basta somente ter uma legislação voltada a participação. O que vai proporcionar a concretização da vivencia deste processo que deve ser democrático e participativo são as ações que a escola promove com a finalidade de aproximar a sua comunidade. Frente a isso Paro, 2002, nos faz refletir que:

O primeiro ponto a ser ressaltado é tão obvio quanto lembrar que a democratização se faz na pratica. Não obstante guiada por alguma concepção teórica do real e de suas determinações e potencialidades, a democracia só se é efetiva por atos e relações que se dão no nível da realidade concreta. (PARO, 2002, p. 18).

A escola, objeto deste estudo realiza um trabalho voltado a busca permanente da participação da sua comunidade e, apesar dos inúmeros obstáculos, considera a sua caminhada promissora.

Tanto pais como professores concordam que a comunicação entre família e escola é comum e frequente e que ocorre através das reuniões, mostras de trabalhos, festividades culturais e palestras educativas, atividades culturais e de entretenimento e convivência grupal.

Há um pensamento uníssono ao considerar que a escola, pratica o ato de escutar atenciosamente o que os pais têm a dizer sobre as ações realizadas pelos gestores, bem como aceita sugestões para a melhoria do trabalho. Este processo de audição se dá via mecanismos de participação ou a escuta direta os pais, através da sua presença na escola e também na participação tanto direta como indiretamente nas atividades extraclases.

O ambiente escolar é considerado saudável e acolhedor, a comunidade se sente bem recebida pela equipe diretiva e pelos professores e essa proximidade faz com que ocorra estabelecimento de laços de amizade e confiança das famílias com os profissionais que atuam na instituição, levando a uma maior interação entre os mesmos, o que reflete significativamente no desempenho dos alunos.

Acredita-se que esta realidade positiva quanto ao relacionamento entre a comunidade escolar como um todo tem relação como o fato da instituição ser de médio porte, o que favorece o estreitamento das relações interpessoais.

É perceptível que a participação dos pais na gestão escolar é um grande desafio para aqueles que estão envolvidos no processo educativo. Faz-se

necessário que a escola e a família firmem uma relação de parceria com compromisso de ambas as partes, a fim de superar as dificuldades que possam existir nesta relação. E essa relação deve ser baseada no diálogo constante.

A escola em questão tem clareza da necessidade da participação da comunidade escolar no sentido de colaboração e tomada de decisões durante o planejamento das atividades didático-pedagógicas e administrativas, e não somente na execução destas.

As ações promovidas pela instituição visando trazer os pais para o cotidiano escolar, são projetos, festividades, palestras educativas, reuniões e conversas informais e procuram proporcionar o envolvimento de toda a comunidade escolar, no sentido valorizar a sua presença e participação.

Estas atividades extracurriculares são importantes, pois criam vínculos sólidos com a comunidade escolar, além do mais, os pais e alunos se sentem prestigiados ao serem o foco destes eventos. No momento que se criam laços de amizade entre a comunidade externa e interna escolar, fica mais fácil para os pais se sentirem seguros para falar com professores, coordenadores pedagógicos e direção. Convém afirmar que os pais e professores questionados nesta pesquisa dão apoio para que os eventos continuem a acontecer. Algo interessante de colocar é que como a escola não dispõe de ambiente amplo para realizar atividades de grande porte, a mesma estabeleceu parceria com a Igreja da comunidade, a qual empresta o salão de festas sempre que necessário. Este fato denota a integração da escola com a comunidade local, que vem crescendo nos últimos anos.

A escola estabelece parceria com o posto de saúde do bairro onde esta inserida e assim os profissionais realizam atividades que envolvem a comunidade escolar de acordo com os assuntos de interesse dos alunos e dos pais. Também há um trabalho sobre saúde alimentar desenvolvido por alunos de mestrado da UFSM e que envolve toda a comunidade escolar, pois enfatiza a melhoria na qualidade de vida, alimentação e atividade física e visa abranger a mudança de hábitos saudáveis nas famílias, através da disseminação das informações pelos alunos da escola. Este trabalho esta sendo realizado há mais de dois anos e os resultados já podem ser observados através das mudanças de hábitos dos próprios alunos com relação à merenda escolar.

As viagens de estudo e excursões quando organizadas, objetivam a ampliação de conhecimentos e são vinculadas aos temas trabalhados em sala de

aula, dentre elas cita-se visitas a museus, criatórios conservacionistas, planetário, CORSAN e, no Ensino Médio visitas a universidades da região e feiras das profissões e tecnológicas. Além disso, esta prática visa ampliar as relações sociais, aprendizagem in loco e principalmente estimular a compreensão de todos ambientes são propícios ao ensino- aprendizagem.

Pais e professores acenam positivamente a essas atividades e na prática é uma ínfima minoria de alunos que não participam deste tipo de atividade. Inclusive foi citado pelos professores que a escola colabora com parte dos custos destas atividades extraclasse.

Pode-se constatar que há a existência de um clima favorável de trabalho, boas relações interpessoais, que as práticas pedagógicas são deveras solidárias, ocorrendo assim à participação e pertencimento no coletivo de trabalho, a comunidade escolar em questão trilha uma caminhada favorável rumo a consolidar as efetivas práticas da gestão democrática, onde todos têm voz e vez. E, para que essa relação possa se tornar cada vez mais sólida, a escola abre as suas portas para as famílias e, assim, promove a participação dos pais no cotidiano escolar.

Neste sentido, acredita-se que a partir da ênfase a uma cultura participativa se abram possibilidades a uma relação cada vez dialógica, crítica e libertadora, consolidando assim uma gestão escolar verdadeiramente democrática.

A participação das famílias na educação formal dos estudantes pode ir muito além do acompanhamento de boletins e de conversas com professores. O envolvimento direto dos pais no dia a dia da escola, acompanhando questões ligadas à administração e ao ensino, pode ser vital para a melhoria da educação.

Com relação ao desenvolvimento dos alunos tanto no que tange a aprendizagem, quanto ao desenvolvimento de hábitos e atitudes, nota-se uma comunidade escolar bastante pacífica, onde praticamente não há casos de violência dentro da escola.

Este fato deve-se a uma política adotada pelos gestores que visa mediar os conflitos em sua fase inicial através de conversas e chamamento dos pais.

Outro fato que denota a participação efetiva dos pais é o envolvimento da família com os eventos escolares. Esse envolvimento pode se dar tanto diretamente quando a família vem para a escola planejar e auxiliar nas execuções das tarefas ou indiretamente através do incentivo aos filhos, acompanhamento dos deveres escolares e estímulo a participação das atividades que vão além da sala de aula.

Bem, pais participativos são sinônimos de filhos seguros. Nesta ótica, os estudantes sentem-se motivados a estudar e orgulhosos em mostrar a família o seu desenvolvimento e o seu potencial. Levando em conta este parâmetro a escola vem melhorando significativamente o seu fazer pedagógico, o que reflete em uma boa classificação dentre as escolas estaduais do município de Santa Maria, ficando em quarto lugar no IDEB. Mesmo tendo ciência que os índices ainda não são os ideais, esse fator está servindo de mola propulsora para a melhoria das ações promovidas na busca de melhor qualidade educacional na instituição. Neste sentido LÜCK , 2006 reforça que:

Do ponto vista político, a democracia constitui-se em característica fundamental de sociedades e grupos centrados na prática dos direitos humanos por reconhecerem não apenas o direito de as pessoas usufruírem dos bens e dos serviços produzidos em seu contexto, mas também, reciprocamente, de seu dever de assumirem responsabilidade pela produção desses bens e serviços, exercendo assim sua cidadania. LUCK , 2006, p 55)

Partindo do princípio que participação é uma conquista, para escola e seus gestores compete criar abertura de espaço para orientar esta conquista que por sua vez não é algo simples e sim uma construção permanente de ações voltadas ao exercício de atitudes estimuladoras de vivências democráticas. E neste enfoque a escola é construída por todos e para todos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, J. Capistrano de. **Capítulos da História Colonial**. 4 ed. Ver. Aum. Pref. José Honório Rodrigues. Rio de Janeiro: Soc. Capistrano de Abreu, Briguiet, 1954.

ALMEIDA, José Ricardo Pires de. **História da instrução pública no Brasil: 1500-1889**. São Paulo: INEP – PUC, 1989.

ANDREOTTI, Azilda Lima. **A administração escolar na Era Vargas e o nacional desenvolvimentismo (1930 - 1964)**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. especial, p.102–123, ago 2006 ISSN: 1676-2584. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/>

APPLE, M.W.; BEANE, J. A. (Orgs.). **Escolas democráticas**. São Paulo: Cortez, 2001.

ARANHA, M.L. **História da Educação**. São Paulo: Moderna 1989

BORTOLOTTI, Karen Fernanda da Silva. **O RatioStudiorum e a missão no Brasil**. Dissertação de Mestrado. UNESP/Franca. São Paulo.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação a Distância. Salto para o Futuro: **Construindo uma escola cidadã, projeto político-pedagógico**. Brasília: SEED, 1998. ISBN

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: Promulgada em 5 de outubro de 1988. São Paulo: Saraiva, 2000.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9394/1996**

CAMPANHOLE, A. ; CAMPANHOLE, H. Todas as Constituições do Brasil. São Paulo: Atlas, 1978.

CHIAVENATO, Júlio José. **O golpe de 64 e a ditadura militar**. São Paulo: Moderna, 2004.

CLARK, Jorge Uilson; NASCIMENTO, Manoel N. Matheus; SILVA, Romeu Adriano da. **A administração escolar no período do governo militar (1964-1984)**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. especial, p.124–139, ago. 2006 - ISSN: 1676-2584. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/22e/art9_22e.

CUNHA, Célio da. **Educação e autoritarismo no Estado Novo**. São Paulo: Cortez/Autores Associados. 1981. (Educação Contemporânea)

CURY, Carlos R. J. **A educação e a primeira Constituinte republicana**. In:

DAGNINO, E. **Sociedade Civil, Participação e Cidadania: de que estamos falando?** In: MATO, D. (org.) Políticas de Ciudadanía y Sociedad Civil entiempos de globalización. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004.

DALLABRIDA, Francisco Norberto. **A reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário.** Educação, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 185-191, maio/ago. 2009

DEMO, Pedro. **Participação é conquista.** São Paulo: Cortez, 1988.

DIAS, Gilmar. **A Dimensão Política do Projeto Político-Pedagógico: Rumo à Autonomia Política e Pedagógica da Escola Pública.** Universidade Tuiuti do Paraná, 2003.

DRABACH, N.P. e MOUSQUER M.E.L. **Dos primeiros escritos sobre administração escolar no Brasil aos escritos sobre gestão escolar: mudanças e continuidades.** Brasil Universidade Federal de Santa Maria, Brasil. **Currículo sem Fronteiras**, v.9, n.2, pp.258-285, Jul/Dez 2009. Edição, vol. III. Editora: Vozes, 2006.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930: historiografia e história.** 16.ed.São Paulo: Companhia das Letras, 1997. P.149.

FÁVERO, Osmar (org.). **A educação nas Constituintes brasileiras (1823-1988).** Campinas, SP: Aurores Associados, 1996. Atlas, 1987.

FERREIRA, Títo Lívio. **História da Educação Luso-brasileira.** São Paulo: Saraiva, 1966.

FISCHMANN, Roseli. **Temas e Estudos. Escola Brasileira.** São Paulo: Atlas, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa** – São Paulo:Paz e Terra, 1996 (Coleção Leitura).

FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal.** 51 ed. Ver. São Paulo: Global, 2006.

FRIGOTTO, G. **Educação e a crise do capitalismo real.** São Paulo: Cortez, 2000.

GADOTTI, Moacyr. **Escola Cidadã.** São Paulo: Cortez, 2004.

GHIRALDELLI JR, Paulo. **Filosofia e História da Educação Brasileira.** São Paulo: Manole, 2003.

GRÁCIO, J. da C.; AGUIAR, R.C.F. **Grêmios estudantis: construindo novas relações na escola.** In: BASTOS, U. B. Gestão democrática. Rio de Janeiro: Sepe, 2002.

HENTSCHKE, Jens R. **Reconstructing the Brazilian nation**. Public schooling in the Vargas era. Baden-Baden :Nomos, 2007.

http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=86&id=12372&option=com_content&view=article/28/08/2012

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA J. F.; TOSCHI M. S.; **Educação escolar: políticas estrutura e organização**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2005. (Coleção Docência em Formação)

LIBÂNEO, J.C. **Organização e gestão da escola, teoria e prática**. Goiânia, GO: Alternativa, 2001.

LIBÂNEO, José Carlos. **“O sistema de organização e gestão da escola”** In: LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola - teoria e prática**. 4ª ed. Goiânia: Alternativa, 2001.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, MirzaSeabra. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2003

LUCK, H. **A escola participativa: o trabalho do gestor escolar**. 2.ed. Rio de Janeiro: DP&A , 1998.

_____. **A gestão participativa na escola**. Série Cadernos de Gestão. 5ª Edição, vol. III. Editora: Vozes, 2006.

_____. **Gestão educacional: uma questão paradigmática**. Petrópolis: Vozes, 2006.

_____. **A Gestão Participativa na Escola**. 5.ed.Petropolis, RJ: Vozes, 2009. Serie: Cadernos de Gestão.

LÜDKE, M., ANDRÉ, M. E. D. **A. Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: E.P.U., 1986.

MAIA, P.B.; COSTA, A. de T. M. **Projeto político-pedagógico**. Curitiba/PR: IBPEX, 2011.

NEVES, Carmem Moreira de Castro. **Autonomia da escola pública: um enfoque operacional**. In: VEIGA, Ilma Passos A. (org.). **O Projeto Político-Pedagógico e a organização do trabalho da escola**.Campinas: Papirus, 1995.

NISKIER, Arnaldo. **Educação Brasileira: 500 anos de História**. Rio de Janeiro: FUNARTE, 2001.

PALMA FILHO. João Cardoso .**A Educação Brasileira no Período de 1930 a 1960: a Era Vargas**. Pedagogia Cidadã. Cadernos de Formação. História da Educação. 3. ed. São Paulo: PROGRAD/UNESP- Santa Clara Editora, 2005 – p.61-74.

PARANÁ, Grêmio Estudantil na Rede Estadual de Ensino do Paraná. Governo do Estado do Paraná. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Diretoria de Políticas e Programas Educacionais. Coordenação de Gestão Escolar. Subsídios para Elaboração do Estatuto do Grêmio Estudantil na Rede Estadual de Ensino do Paraná. 2009. Disponível em: <[http://www.diaadia.pr.gov.br/cge/arquivos/File/versao_para_novo_material_do_gremio_revisado_\(1\).doc](http://www.diaadia.pr.gov.br/cge/arquivos/File/versao_para_novo_material_do_gremio_revisado_(1).doc)>. Acesso em: 01/09/12

PARO, V. H. **Gestão Democrática da Escola Pública**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2003.

PARO, Vitor Henrique. **A Gestão da Educação ante às exigências de Qualidade e Produtividade da Escola Pública**. In: Vitor Henrique Paro. Escritos sobre Educação. São Paulo: Xamã, 2001.

PARO, Vitor Henrique. **Eleições de diretores de escolas públicas: avanços e limites da prática**. In: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília, v. 77, n. 186, mai/ago, 1996. p. 376-395

PARO, Vitor Henrique. **Por dentro da escola pública**. São Paulo: Xamã, 1995. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006

PROGESTÃO. Módulos I,II, III, IV, VI, VII, VIII, IX, GUIA DIDÁTICO. Brasília. CONSED – Conselho Nacional de Secretários de Educação, 2001. Reimpressão: São Paulo, 2004

RIBEIRO, M.L. **História da Educação**. São Paulo: Cortez, 1989.

ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. **Historia da Educação no Brasil**. Petrópolis: vozes, 1990.

SANDER, B. **A pesquisa sobre política e gestão da educação no Brasil: uma leitura introdutória de sua construção**. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, v. 23, n. 03, p. 421-447, set./dez., 2007b.

SANTOS FILHO, José Camilo dos. **Democracia Institucional na escola : discussão teórica**. Revista de Administração Educacional, Recife, v. 1, n. 2, p.41-101, jan./jun. 1998.

SANTOS, Fernandez Maria Elizabete. Função do Gestor na Escola Pública. **Revista de Divulgação técnica – científica do ICPG**, Vol.3, n.9-jul-dez/2006.

SECCO, Ana Paula; ANANIAS, Mauricéia; FONSECA, Sônia Maria. Antecedentes da administração escolar até a República .Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. especial, p.54–101, ago. 2006 - ISSN: 1676-2584. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edições/22/art7_22e.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2012.

SETÚBAL, M. A. (org.). **Raízes e Asas**. São Paulo: Centro de Pesquisas para educação e Cultura, 1994.

SODRÉ, Nelson Werneck. **O que se deve ler para conhecer o Brasil**. Rio de Janeiro: INEP/MEC, 1960.

SOUZA, Ângelo Ricardo de. **Explorando e construindo um conceito de estágio escolar democrática**. Educação em revista, Belo Horizonte, 2009.

SUANO, Helenir. A educação nas constituições Brasileiras. In FISCHMANN, Roseli (org.). **Escola Brasileira**, São Paulo: Atlas, 1987, p. 170-184.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação no Brasil**. São Paulo: Ed. Nacional, 1976.

VASCONCELOS, Celso dos Santos. **Coordenação do trabalho pedagógico : do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. São Paulo: Libertad, 2004^a

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Quem sabe faz a hora de construir o projeto Político-Pedagógico**. Conselho Escolar e Projeto Político-Pedagógico. São Paulo: Papyrus, 2007.

VEIGA, Zilah de Passos Alencastro. **As Instâncias Colegiadas da Escola**. In: Veiga, Ilma Passos Alencastro (org). Escola: Espaço do Projeto Político-Pedagógico. Campinas, SP: Papyrus, 1998.

WITTMANN, L. C. 2004. **Práticas em Gestão Escolar - A coordenação do trabalho pedagógico: instâncias gestoras: perfis e práticas**. Paraná, IPBEX, 56 p.

YIN, Robert K. . **Estudos de caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005

APÊNDICE 1



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO
LATO-SENSU
EM GESTÃO EDUCACIONAL
TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO**

Como estudante do Curso de Especialização em Gestão Educacional, na UAB/UFSM, estou desenvolvendo a pesquisa “A gestão escolar democrática e a participação da comunidade escolar”. Tal pesquisa objetiva a coleta e análise de dados que resultarão na monografia de conclusão de curso, sob a orientação da Prof. Dra. Sueli Menezes Pereira.

O trabalho consiste em analisar se a escola pesquisada permite a participação dos pais nas atividades promovidas pela instituição através de uma escuta sensível, assim como saber se os pais têm abertura para chegarem até a equipe gestora e opinarem, seja através do Conselho Escolar, do CPM ou até mesmo diretamente.

A pesquisadora responsável é Patrícia da Silva Dias, aluna do referido curso. A pesquisadora se compromete em esclarecer devida e adequadamente qualquer dúvida ou questionamento que os colaboradores venham a ter no momento da pesquisa ou, posteriormente, através do telefone (55)9654-0414 ou e-mail:prof.patriciadias@gmail.com.

Após ter sido devidamente informado de todos os aspectos desta pesquisa e de ter esclarecido minhas dúvidas, eu.....autorizo a realização do questionamento sobre a temática proposta. ()Sim ()Não.

Em caso positivo, concordo com a utilização das minhas escritas, sem identificação do meu nome, apenas com nome fictício, nos relatórios da pesquisa e publicações associadas. () Sim ()Não.

Santa Maria,.....de.....de 2012.

Assinatura do entrevistado:.....

Assinatura do entrevistador:.....

APÊNDICE 2



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO
LATO-SENSU
EM GESTÃO EDUCACIONAL**

TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

Questionário: Professores

Vimos por meio deste, solicitar a sua contribuição para elaboração da pesquisa intitulada: “A gestão escolar democrática e a participação da comunidade escolar”.

O objetivo central do estudo é pesquisar as estratégias utilizadas pela escola investigada, com a finalidade de promover a escuta dos membros da comunidade e suas opiniões sobre a escola e o que pode ser modificado para a melhoria e bom funcionamento da mesma.

É importante que você participe, para podermos aprofundar os conhecimentos à respeito da participação da comunidade externa juntamente com a comunidade interna escolar no intuito de promover a melhoria na qualidade dos serviços educacionais oferecidos aos nossos alunos.

Obrigado pela sua colaboração!

Cargo:.....

Graduação:.....

Pós-Graduação.....

Tempo de atuação no cargo:.....

Tempo de atuação na escola:.....

Data:...../...../2012.

APÊNDICE 3



Questionamentos designado aos professores.

1. No seu ponto de vista a comunicação da Escola com os pais e a comunidade é frequente?
()SIM ()NÃO - Justifique sua resposta

2. Os pais costumam entrar em contato com os professores ou equipe diretiva por iniciativa própria? Como esse fato ocorre e em que ocasiões?

3. A escola promove eventos de interesse da comunidade escolar tanto externa como interna? Quais são estes eventos?

4. Em caso de resposta positiva na questão anterior, diga como você participa destes eventos.

5. Em sua opinião a Escola procura envolver os pais nas decisões relativas à melhoria da qualidade escolar, enfatizando que a participação dos mesmos faz muita diferença do desempenho do aluno?

6. A equipe escolar e os pais referem-se à escola como um lugar onde há atenção e cuidado em relação aos alunos e seu desenvolvimento de forma integral?

APÊNDICE 4

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO
LATO-SENSU
EM GESTÃO EDUCACIONAL
TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO**

Questionário: Pais

Vimos por meio deste, solicitar a sua contribuição para elaboração da pesquisa intitulada: “A gestão escolar democrática e a participação da comunidade escolar”.

O objetivo central do estudo é pesquisar as estratégias utilizadas pela escola investigada, com a finalidade de promover a escuta dos membros da comunidade e suas opiniões sobre a escola e o que pode ser modificado para a melhoria e bom funcionamento da mesma.

É importante que você participe, para podermos aprofundar os conhecimentos à respeito da participação da comunidade externa juntamente com a comunidade interna escolar no intuito de promover a melhoria na qualidade dos serviços educacionais oferecidos aos nossos alunos.

Obrigado pela sua colaboração!

Tempo que tem filhos estudando na escola:

Data:...../...../2012.

APÊNDICE 5



Questionamento designado aos pais

- 1- Você como pai de aluno se sente acolhido no ambiente escolar de seu filho?
()SIM ()NÃO - Justifique sua resposta

- 2- A escola promove eventos que permitam o contato entre pais e professores? Quando?

- 3- Em sua opinião os professores comunicam-se frequentemente com os pais? Como e quando esta comunicação ocorre?

- 4- Você como pai e/ou responsável, costuma comparecer e participar das reuniões para as quais é convidado?

- 5- Os pais tem participação nas reuniões do colegiado?

- 6- Você como pai/mãe sabe quem é seu representante no colegiado escolar?

- 7- A equipe escolar incentiva os pais para acompanharem o progresso de seus filhos? De que forma?